



Menino recolhe sacos com esterco no sertão de Minas Gerais: 2,9 milhões de crianças e adolescentes trabalhavam em 2005

Trabalho infantil cresce no país e preocupa senadores

PÁGINA 11

CPI do Apagão Aéreo ouve Hélio Costa

A comissão de inquérito concluiu as investigações sobre o acidente da Gol. E nesta terça-feira ouve o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que fala sobre satélites geoestáticos, nova tecnologia para controle de aeronaves.

PÁGINA 12

Plenário deve votar pregão eletrônico

Projeto que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras governamentais foi aprovado em comissão. No Plenário, tramita em regime de urgência, trancando a pauta.

PÁGINA 9

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17



cidadania

Motivação e atitude ajudam na conquista do emprego

A insegurança na fase de busca por um emprego pode ser superada com um bom planejamento. Conheça o método sugerido por especialistas, que inclui análise das potencialidades, atitudes positivas e pesquisa sobre os empregadores.

PÁGINA 20

ZPEs deslançam. Precatórios e Emenda 3 esperam

Diversos projetos podem deslançar a partir desta semana em decorrência de acordos entre as lideranças parlamentares e o governo. Depois de entendimento com o ministro da Fazenda, senadores concluem nesta terça a votação de projeto

que disciplina as zonas de processamento de exportação. Já a Emenda 3 espera nova versão a ser apresentada pelo governo. E a PEC dos Precatórios depende de acordo entre OAB e secretários de Fazenda estaduais e municipais.

PÁGINAS 4, 5 E 6



Sibá (E) e Cafeteira, diante do conselho: testemunhas serão ouvidas nesta segunda-feira

Conselho vota na terça representação contra Renan

Ficou para terça-feira a decisão do Conselho de Ética sobre a representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, acusado de quebra de decoro parlamentar. Além do relatório de

Epitácio Cafeteira, há três votos em separado. Documentos apresentados pela defesa devem passar por perícia. Nesta segunda-feira, o conselho volta a se reunir e ouvirá testemunhas.

PÁGINA 7

REFORMA POLÍTICA

Lista partidária fechada, em debate na Câmara, não tem apoio da maioria dos senadores

Para maioria, mudança vai dar a sonhada legitimidade

Os problemas de legitimidade do atual sistema eleitoral para escolha de deputados federais, estaduais e senadores podem ser combatidos por meio da adoção do voto distrital. Esse caminho foi defendido em Plenário por pelo menos 17 senadores nos últimos meses. Apenas dois deles fizeram restrições ao sistema de voto distrital. O levantamento mostra que essa está longe de ser uma questão partidária.

No caso do voto em lista de candidatos fechada e ordenada pelas convenções partidárias, a decisão fica mais dividida: sete senadores apóiam o sistema, que está em votação na Câmara, enquanto o voto do eleitor diretamente no candidato tem a preferência de outros sete.

Entre os argumentos favoráveis ao voto distrital estão: limitação do abuso do poder econômico pelo barrateamento das campanhas, uma vez que a busca por votos seria limitada a um número menor de eleitores; aproximação entre candidato e eleitores; e possibilidade de regiões mais carentes dos estados elegerem representantes proporcionalmente ao número de eleitores.

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), entende que o voto distrital misto pode representar a "municipalização" da escolha, dando aos eleitores mais condições de fiscalizar o trabalho de seu representante. A opção foi defendida também por Osmar Dias (PDT-PR), Mão Santa (PMDB-PI) e Jayme Campos (DEM-MT).

Para que o sistema seja testado ou mesmo implementado gradativamente, a maioria dos senadores favorável ao voto distrital sugere

que ele não deveria ser adotado para todas as vagas disponíveis nas eleições para os legislativos. Assim, uma parte seria destinada aos candidatos eleitos nos distritos, enquanto que outra continuaria a ser preenchida pelo sistema proporcional.

Esse é, basicamente, o modelo eleitoral usado na Alemanha, que usa a lista partidária escolhida em convenções – a lista fechada – para a escolha dos candidatos pelo sistema proporcional.

Mesmo reconhecendo que a solução apresenta problemas, essa foi a opção de Pedro Simon (PMDB-RS), para quem "algo tem que ser feito". José Sarney (PMDB-AP) também reconhece a dificuldade de enfrentar

uma mudança nesse sentido no sistema eleitoral.

– A discussão atinge uma visão, principalmente dos deputados, de que vai desmontar o seu esquema de eleição. Estamos habituados a esse monstro que é o voto proporcional uninominal, que só existe no Brasil e que leva à fragmentação e à infidelidade partidárias – afirmou Sarney, que argumenta que o sistema misto permite que o parlamentar represente o seu distrito e o partido, já que o nome estará incluído na lista.

Quem acompanha Sarney nessa opinião é Gilvam Borges (PMDB-AP), reforçando que o sistema misto possibilita maior contato do político com suas bases.

Fernando Collor (PTB-AL), Sibá Machado (PT-AC), Marisa Serrano (PSDB-MS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Jefferson Péres (PDT-AM) também optaram pelo sistema misto com voto proporcional em lista fechada pelos partidos.

À crítica à lista fechada somam-se ainda Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Paim (PT-RS), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Renato Casagrande (PSB-ES), que não concordam com o argumento de que o sistema fortaleceria os partidos.

– Isso vai formar, naturalmente, uma oligarquia partidária, um "caciquismo" partidário mais forte do que já temos hoje – justificou Casagrande.

Para Epitácio Cafeteira, "o voto pertence ao candidato, não ao político".

Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) é contra o voto distrital misto. Para ele, essa é uma das propostas conservadoras formuladas desde a Assembléia Nacional Constituinte, em 1987.

– Não quero crer que se esteja formando um novo Centrão para conduzir a reforma política, especialmente no Senado – advertiu, em alusão ao bloco de parlamentares que se formou na Constituinte.

"Sistema misto dá ao eleitor mais condições de fiscalizar os parlamentares"



Sarney: voto uninominal em vigor no país leva à infidelidade e fragmentação partidárias



Para Suplicy, população reconhece o voto no candidato como um direito do eleitor



Garibaldi Alves é um dos que defendem consulta prévia à população antes da reforma

FOTOS: ROOSEWELT PINHEIRO

Voto distrital misto é preferido do Senado

Enquanto a Câmara analisa a adoção do voto em lista partidária fechada em convenção e a manutenção do sistema proporcional para escolha de deputados e vereadores, o Senado continua dando sinais de que o sistema não conta com o apoio majoritário na Casa e tem pequenas chances de ser aprovado em Plenário.

Além de manifestações em discursos, a preferência do Senado já foi manifestada pela comissão

que analisou a reforma político-eleitoral em 1998, propondo a adoção do voto distrital misto. A Proposta de Emenda à Constituição 42/98 (reapresentada no ano seguinte como a PEC 47/99) chegou a receber relatório favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas foi arquivada em 2003 – uma das poucas sugestões da CCJ jamais aprovada.

As comissões que analisaram a questão no Senado e na Câmara

partem, porém, de um ponto em comum: o diagnóstico de que o voto proporcional com lista aberta leva à personalização e ao enfraquecimento dos partidos e, conseqüentemente, ao encarecimento das campanhas. Por essa avaliação, a personalização provoca disputas eleitorais dentro dos próprios partidos e estimula os eleitos a se considerarem donos dos seus mandatos, o que facilita a infidelidade com relação ao partido pelo qual se elegeram.

As soluções apontadas pelas duas Casas foram diferentes. Enquanto o Senado preferiu o sistema misto – parte dos parlamentares eleita por distritos e outra pela proporção dos votos obtidos pelos partidos (veja quadro) –, a Câmara optou pelo sistema em listas partidárias fechadas.

– Ambas as propostas encontram resistência significativa, o que mostra que a discussão, embora antiga, ainda é insuficiente – observou o senador Neuto de Conto (PMDB-SC).



Chinaglia (2º à dir.) com deputados: sem consenso para reforma

Senadores sugerem ouvir antes o eleitor

Três senadores – Garibaldi Alves (PMDB-RN), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Fernando Collor (PTB-AL) – sugerem que, para a superação dos impasses, a reforma política seja feita por meio de consulta à população. Para eles, uma manifestação clara dos eleitores sobre o modelo de eleição e de representação política, por plebiscito ou referendo, retiraria o tema das mãos dos parlamentares, eleitos pelo sistema atual, tão severamente criticado

ao fim de cada pleito.

Mozarildo e Garibaldi propõem que a reforma política seja feita em duas etapas. Uma primeira trataria de temas urgentes como a instituição da fidelidade partidária, o financiamento público de campanha e a cláusula de barreira. A segunda parte, também sugerida por Collor, seria destinada a grandes questões polêmicas, como voto distrital e proporcional, listas de candidatos abertas ou fechadas pelos partidos,

voto obrigatório ou facultativo. Collor ainda quer acrescentar à lista mais uma consulta sobre regime de governo, parlamentarista ou presidencialista.

– Os temas seriam debatidos e analisados com calma pela população. Dessa forma será possível saber o que o povo quer para a política – afirma Mozarildo, para quem, além dos partidos, a Justiça Eleitoral deveria também ter a missão de esclarecer o eleitorado sobre as diferentes propostas.

As três fórmulas em discussão

• Sistema distrital

O estado ou o município é dividido em distritos, organizados pela proximidade geográfica, econômica e cultural. Nesses distritos, que devem ter quantidade similar de eleitores para assegurar equilíbrio na representatividade, apenas o deputado federal, o deputado estadual e o vereador mais votado são eleitos (eleição majoritária).

• Sistema proporcional

Todos os eleitores votam em candidatos ou nas legendas dos

partidos. Ao final, é definido um número mínimo de votos que assegura uma vaga (quociente eleitoral). O sistema busca, assim, assegurar que cada partido ou corrente política esteja representado conforme sua força na sociedade.

O sistema pode ser usado de duas formas: voto em listas feitas pelos partidos, com nomes e ordem de aparição na cédula definidos nas convenções (também conhecido como lista fechada); ou voto em candidatos ou na legenda do partido para, ao final, o

total recebido pela coligação ou pelo partido ser somado e, então, distribuídas as vagas. Nesse sistema de lista aberta, a ordem dos candidatos na lista dos partidos é definida pela quantidade de votos que cada candidato recebe. É o sistema brasileiro vigente.

• Sistema misto

Parte das vagas do Legislativo é escolhida pelo sistema proporcional e outra parte, pelos distritos. A eleição proporcional pode ser feita por listas abertas ou fechadas.

Favoráveis ao sistema misto, mas contra a lista fechada

Mesmo favoráveis à introdução do sistema distrital misto, Francisco Dornelles (PP-RJ), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) avaliam que o voto na lista partidária, como acontece na Alemanha, significaria um retrocesso, por considerarem que a população reconhece o voto no candidato como um direito.

Dornelles sugere que 75% das vagas sejam ocupadas pela escolha de candidatos em distritos e o quarto restante pelo sistema proporcional em listas abertas, como é feito hoje. Para que os partidos tenham tempo de se adaptar ao voto distrital, o senador sugeriu que o sistema seja adotado a partir de 2014, para que haja oportunidade de se delimitar os distritos, tarefa que considera complexa.

– Na lista fechada, quem organiza a relação dos candidatos são as cúpulas partidárias. A vida democrática vai ser prejudicada – afirmou Valadares.

EXPORTAÇÕES Negociações levaram a entendimento sobre proposta que pode ajudar crescimento do país

Acordo garante aprovação de ZPE

Após 11 anos de tramitação no Congresso, o projeto que disciplina as zonas de processamento de exportação (ZPEs) deve ter sua votação concluída na Comissão de Assuntos Econômicos nesta terça-feira, às 9h30. Um acordo entre líderes partidários e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na semana passada, deve assegurar a aprovação do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) às emendas feitas na Câmara, durante os seis anos em que o projeto (PLS 146/06) tramitou naquela Casa.

Mas como não há consenso sobre alguns dispositivos do projeto, inclusive sobre pontos já aprovados e que não podem ser modificados a essa altura da tramitação, o governo acertou que o presidente Lula fará os vetos necessários. Ao mesmo tempo, houve o compromisso de editar medida provisória alterando dispositivos do texto aprovado e regulamentando outros.

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse após o encontro com Mantega que serão vetados dispositivos que prejudiquem a produção nacional. Porém, um dos aspectos de atrito com a indústria paulista – a autorização para que a ZPE comercialize no mercado doméstico até 20% da sua produção, desde que recolha os tributos incidentes sobre essa parcela – é considerado um ponto superado pelo relator, depois das explicações do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, aos líderes partidários.

Rachid esclareceu, segundo participantes da reunião, que desde a chamada MP do Bem as empresas exportadoras vêm internalizando 20% da sua produção e pagando os tributos que incidem sobre essa fatia. A pressão de entidades empresariais ainda pesará sobre a decisão de vetar ou não o dispositivo. O presidente da Associação Brasileira de ZPEs (Abrazpe), Helson Braga, informou que muitos países, como Estados Unidos, Coréia e Tailândia, nem

sequer estabelecem limite para a venda local, porque cobram normalmente os tributos no que é internalizado.

– A Receita possui mecanismos eficientes de controle – emendou o presidente da Abrazpe.

Outro ponto controverso é a possibilidade de o conceito de “isenção” tributária ser substituído por “suspensão”, como adotado no Pólo Industrial de Manaus e na Lei de Informática. Segundo Mercadante, isso evitaria que a empresa beneficiada gerasse crédito junto ao Tesouro Nacional, podendo usar o valor da isenção para abater o pagamento de outros tributos. O presidente da CAE deve sugerir esse veto.

Criadas em 1988, as ZPEs são distritos industriais onde as empresas operam com isenção de tributos, liberdade cambial (não precisam converter em reais o produto das exportações) e procedimentos administrativos simplificados, sob a condição de destinarem a maior parte de sua produção ao mercado externo. O que for vendido no mercado doméstico, quando autorizado, paga os tributos cobrados das importações. Hoje, estão vedadas vendas no mercado interno.

Ainda na reunião, Mantega propôs aos líderes que a carência para o pagamento de Imposto de Renda aos projetos estabelecidos nas ZPEs só seja assegurado aos localizados nas regiões da Sudam e da Sudene, prevalecendo o prazo em vigor de 20 anos. O governo vetaria o dispositivo atual que garante cinco anos para projetos situados fora dessas regiões.

Mantega e Rachid compareceram ao gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, depois que Mercadante e Jereissati tiveram um bate-boca na reunião da CAE, o que gerou mal-estar e ameaçou o entendimento. Antes da reunião da CAE, o projeto já havia provocado desentendimento dentro do próprio PSDB. O líder Arthur Virgílio (AM), em defesa do Pólo Industrial de Manaus, negou-se a votar o projeto e houve cobranças, ameaças e troca de acusações entre eles.

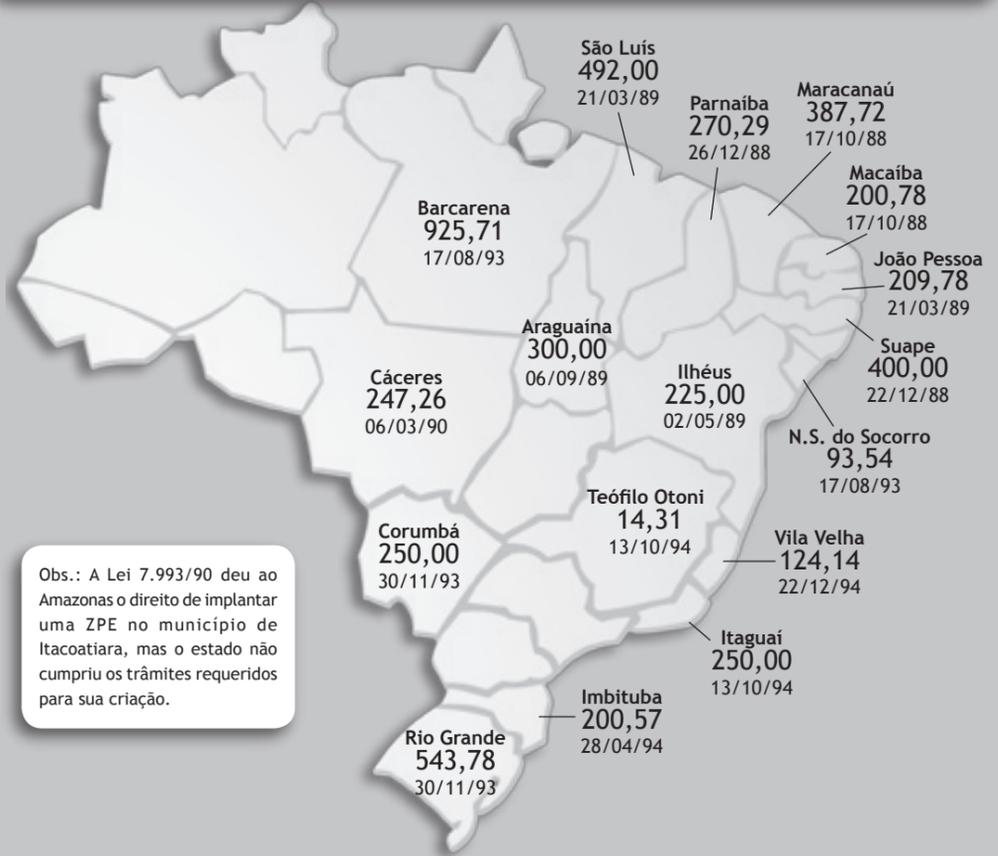


Depois de bate-boca, Mercadante conversa com Tasso; na mesma reunião, Jucá, Virgílio e Jefferson Péres



À noite, Mantega se encontrou com Renan (C) e os líderes: ânimos foram aplacados e saiu o acordo

Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) já previstas (com respectivo tamanho, em hectares, e data de criação)



Obs.: A Lei 7.993/90 deu ao Amazonas o direito de implantar uma ZPE no município de Itacoatiara, mas o estado não cumpriu os trâmites requeridos para sua criação.

Investimentos nas ZPEs podem chegar a US\$ 10 bilhões

Há cerca de US\$ 10 bilhões em investimentos engatilhados para serem anunciados assim que o Senado finalizar a votação e o presidente Lula sancionar o projeto que dará sustentação legal às zonas de processamento de exportação (ZPEs). Essa estimativa é do presidente da Associação Brasileira de ZPEs (Abrazpe), Helson Braga, que desde o governo Sarney, quando foram criadas, é defensor desse instrumento que alavancou a economia chinesa e de mais outra centena de países.

Pelos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as ZPEs criaram 60 milhões de empregos diretos nos



Helson Braga, da Abrazpe: modelo foi responsável pelo crescimento da China

104 países onde estão presentes. Desse total, 40 milhões na China, onde são chamadas de zonas econômicas especiais. No país mais populoso do mundo, são, segundo Braga, cerca de 250 ZPEs federais e mais de

3 mil criadas pelas províncias, apontadas como as grandes propulsoras da expansão econômica chinesa dos últimos anos. “Na Índia, o modelo do final dos anos 50 era restritivo e não produziu bons resultados. Foi revisito. E agora existe um boom. O país criou 80 este ano, de uma penada só”, relata Braga. Nos Estados Unidos, só em 2005 movimentaram cerca de US\$ 410 bilhões.

Apesar do atraso e das controvérsias que cercam as ZPEs no Brasil, o processo atual está

sendo considerado “irreversível” pela Abrazpe. À exceção do governador de São Paulo, José Serra, que há anos se opõe ao funcionamento das ZPEs, representando os temores da indústria paulista, a maioria dos outros chefes dos governos estaduais apóia a iniciativa. Muitos deles estão se articulando ou para criar ZPE em seus estados ou relocar algumas das 17 que nunca saíram do papel (veja quadro).

O caso mais conhecido é o do Ceará. O governador Cid Gomes já concluiu o projeto para transferir a ZPE de Maracanaú para a região portuária de Pecém. Mas há outros pedidos de mudança de local que aguardam a apro-

vação da nova lei, como Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Rio Grande do Norte. Também há movimentação para criar novas ZPEs. O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), solicitou projeto para instituir uma em seu estado. Há planos também em Alagoas e de um município paulista.

Existem quatro ZPEs – Rio Grande (RS), Imbituba (SC), Teófilo Otoni (MG) e Araguaína (TO) – que estão com a infraestrutura construída. Segundo Braga, elas só estão aguardando o alfandegamento da área, uma espécie de habite-se expedido pela Receita Federal, com a designação de funcionários do órgão para trabalhar no local.

TRIBUTAÇÃO

Governo negocia opção à Emenda 3

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, deverá se reunir nesta terça-feira com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), para apresentar uma versão final do texto que substituirá a Emenda 3 à lei que criou a Super-Receita. Após a formatação do texto, a proposta será apresentada às lideranças parlamentares e ao ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A Emenda 3 foi elaborada pela oposição e visava impedir os fiscais da Receita de desfazer a relação entre duas empresas (uma convencional e outra de "uma pessoa apenas") quando considerassem que se tratava de uma relação trabalhista disfarçada. Mas, ao sancionar a criação da Super-Receita (Lei 11.457), o presidente Lula vetou a emenda. Posteriormente, diante da ameaça de derrubada do veto pelos parlamentares, o governo passou a negociar um acordo.



Rachid (E), secretário da Receita Federal, discute proposta com Jucá (D), que levará texto final a Agripino e aos demais líderes



Na terça-feira passada, Mantega e os líderes no Senado se reuniram mais uma vez para discutir uma solução para o problema. Segundo a assessoria de Jucá, o principal ponto pendente diz respeito às carreiras que estarão no regime especial de tributação que o governo pretende instituir em substituição à Emenda 3. Falta também definir mais cla-

ramente como serão tratados no projeto os profissionais das áreas artística e cultural (como atores e apresentadores).

Atualmente a legislação (art. 170 da Constituição, art. 50 do Código Civil e art. 129 da Lei 11.196) autoriza a existência da chamada "empresa de uma pessoa só", quase sempre constituída por profissional liberal

prestador de serviços. Trata-se de um expediente cada vez mais usado porque interessa a empregadores e empregados. Aos empregadores, interessa porque assim eles pagam menos encargos trabalhistas. Aos profissionais liberais, porque mantêm um vínculo formal com a Receita e não se submetem às altas alíquotas do Imposto de

Renda Pessoa Física.

Já a Receita resiste à existência desse tipo de empresa sob três argumentos: livra os empregadores do pagamento de encargos trabalhistas; disfarça o vínculo empregatício porque os serviços contratados aos profissionais liberais não são temporários, mas regulares; e o governo arrecada menos para a Previdência.

Mantega anuncia incentivos a empresas

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou na terça-feira passada um pacote de medidas para estimular os setores mais prejudicados pela valorização do real perante o dólar. Os ramos beneficiados são o têxtil, calçadista, moveleiro, automotivo e eletroeletrônico. O pacote inclui linhas de crédito especiais e isenção de impostos.

O dólar atingiu recentemente o menor patamar dos últimos anos – no dia do anúncio de Mantega, por exemplo, a moeda estava cotada a R\$ 1,94. O valor baixo é prejudicial às empresas exportadoras, que registram lucro menor ao vender seus produtos no exterior, e também no mercado interno, já que aumenta a concorrência dos produtos importados, que ficam mais baratos.

– Essas medidas são importantes para reduzir o impacto da valorização do real. Elas vão reduzir o custo e dar competitividade a essas empresas. Não são

medidas para beneficiar empresas ineficientes – disse Mantega ao anunciar o pacote.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, participaram do anúncio.

A principal medida é o programa Revitaliza, do BNDES, que oferecerá R\$ 3 bilhões em linhas de crédito para as empresas que faturem até R\$ 300 milhões por ano e que atuem nos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil e confecções e móveis. As taxas de juros são menores que as cobradas pelo BNDES (veja quadro abaixo). A diferença será coberta pelo Tesouro Nacional, que terá com isso um custo de R\$ 407 milhões.

O Ministério da Fazenda decidiu também tornar imediata a apropriação dos créditos de PIS e Cofins na aquisição de bens de capital. Hoje, o prazo é de 24 me-

ses. A renúncia fiscal estimada é de R\$ 600 milhões e a medida deverá atingir 4.300 empresas.

Outra mudança foi a ampliação dos benefícios do Recap, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras. A medida garante a suspensão de PIS e Cofins de insumos e bens de capital para as empresas que exportam ao menos 80% de sua produção – 138 empresas são habilitadas hoje. Pela nova regra, o Ministério da Fazenda reduzirá o percentual mínimo de exportação da produção de 80% para 60% para as empresas dos setores de têxtil, calçados, moveleiro, eletroeletrônico e automotivo. A expectativa é que mais 60 empresas entrem nesse regime, que tem custo fiscal estimado de R\$ 50 milhões.

Em Plenário, os senadores pelo PT Paulo Paim (RS) e Eduardo Suplicy (SP) alertaram para a situação de crise em que se encontram diversas indústrias de todo o país.

Especialistas apostam em reforma tributária ampla

Em debate na Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, José Roberto Afonso, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Samuel de Abreu Pessoa, assessor econômico do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), disseram ter crescido as chances de o país realizar uma reforma tributária ampla.

– O governo já aponta na direção de uma mudança maior, e não mexer apenas no ICMS – disse Afonso. De acordo com Neuto de Conto (PMDB-SC), que presidiu os trabalhos, a reunião permitiu avaliar as discussões feitas pela subcomissão.

No entender do economista do BNDES, embora o ICMS seja parte importante do problema, equivale a 20% do recolhimento

de impostos. Para Samuel Pessoa, seria inconveniente alterar a atual proporção entre impostos diretos, como o Imposto de Renda, e indiretos, como o ICMS. Segundo ele, o essencial é simplificar a cobrança do ICMS e reduzir gastos do Estado.

– Se a União aumentar o compartilhamento de impostos com estados e municípios, não terá como manter os ganhos reais do salário mínimo, por exemplo – afirmou. Pessoa acredita que a reforma vai gerar perdedores, que devem ser compensados pela União.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), a reforma vai trazer uma verdade tributária. Hoje, observou, os pobres pagariam imposto sem saber e os ricos querem esconder o quanto pagam.

A fórmula do antídoto

Veja os ingredientes do programa lançado pelo governo para aliviar a vida das empresas prejudicadas com a valorização do real

Linhas de crédito

(Beneficiam os setores de calçados, têxtil e de confecções, de artigos de couro e moveleiro)
Total: R\$ 3 bilhões

Parcela subsidiada pelo Tesouro:
R\$ 407 milhões

Finalidade dos recursos

Capital de giro
Juro: 8,5% ao ano
Prazo: 36 meses
Carência: 18 meses

Investimento

Juro: 7% ao ano
Prazo: até 8 anos
Carência: até 3 anos

Exportação

Juro: 7% ao ano
Prazo: 36 meses
Carência: 18 meses

Medidas tributárias

(Beneficiam os setores de calçados, têxtil e de confecções, eletroeletrônico, automotivo e moveleiro)

Máquinas e equipamentos

O prazo para que a empresa aproprie o valor do PIS/Cofins embutido no preço dos bens de capital cai de 24 meses para imediato. Com isso, a Receita deixará de arrecadar R\$ 600 milhões em 12 meses.

Empresas exportadoras

Cai de 80% para 60% a parcela da produção a ser exportada por empresas que queiram se enquadrar no programa que suspende a cobrança de PIS/Cofins nas compras de insumos e bens de capital. A Receita deixará de arrecadar R\$ 50 milhões em 12 meses.

Importação de vestuário

Os impostos na importação de roupas e acessórios serão calculados sobre a quantidade (por quilo) e não sobre preço das peças, como ocorre hoje. O objetivo é impedir o subfaturamento da mercadoria. Mas a medida ainda precisa ser aprovada pelos sócios do Brasil no Mercosul.



CAE aprova relatórios do Ministério da Fazenda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou três relatórios do Ministério da Fazenda que tratam da emissão de títulos públicos no exterior entre o último trimestre de 2006 e o primeiro trimestre deste ano, no valor de US\$ 3,72 bilhões, e também da recompra de papéis, no ano passado, que haviam sido lançados no mercado externo, totalizando US\$ 7,1 bilhões.

De acordo com os documentos, o Tesouro Nacional lançou, em novembro de 2006, um novo título: o bônus global 2017, com vencimento em dez anos, em uma emissão de US\$ 1,5 bilhão. Também lançou, em fevereiro deste ano, um bônus com vencimento em 2028, com emissão de aproximadamente US\$ 714,71 milhões. Além disso, o governo fez,

entre outubro e dezembro do ano passado, "reaberturas" de títulos já existentes: foram duas emissões do BRL 2022, no valor de US\$ 646,8 milhões. No início deste ano, fez duas "reaberturas": em janeiro, uma emissão de US\$ 500 milhões do bônus global 2037; e, em março, US\$ 360,75 milhões com o BRL 2028.

Quanto à recompra de títulos que o governo havia lançado anteriormente, Neuto do Conto (PMDB-SC), relator na CAE, afirma que elas totalizaram, no ano passado, US\$ 7,1 bilhões em valor financeiro (US\$ 6,1 bilhões em valor de face), "o que significou a retirada do mercado de cerca de um terço do estoque dos 'globais' e de 15% dos títulos denominados em euro, com vencimentos entre 2007 e 2012".

JUSTIÇA

Precatórios têm nova rodada de negociação

Nova rodada de negociações para fechar o acordo sobre a chamada PEC dos precatórios será realizada esta semana. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da proposta de emenda constitucional (PEC 12/06), deve receber o documento dos secretários estaduais e municipais de Fazenda com sugestões de mudança no texto original, idealizado pela equipe do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim e apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os secretários vinham defendendo, até agora, a manutenção integral do texto. Mas, após uma tensa reunião na quarta-feira, no gabinete da liderança do PMDB, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contrária à PEC 12, os secretários aceitaram avaliar o relatório de Raupp, já na sétima versão, e apresentar suas propostas.

O relator, que já recebeu documento semelhante da OAB, avisou que pesará as reivindicações e elaborará nova versão do relatório. Ele pretende apresentar seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em duas semanas e votá-lo antes do recesso parla-

mentar de julho.

Na avaliação de Raupp – que reabriu as negociações para melhorar a PEC dos precatórios, corrigindo as possíveis inconstitucionalidades apontadas no texto –, se não houver uma flexibilização das duas partes, que radicalizaram a disputa, a única proposta que passaria no Senado seria a PEC original. Isso, acrescenta, apenas adiaria a contenda sobre o pagamento dos precatórios.

O ponto nevrálgico na disputa continua sendo a adoção do leilão de deságio da dívida para parte dos recursos que estados e municípios serão obrigados a destinar anualmente para pagar precatórios. Por esse mecanismo, recebe primeiro o credor que aceitar um desconto maior no valor que tem a receber das fazendas públicas.

Na última versão, Raupp definiu que 40% dos recursos pagarão precatórios por meio de leilão de deságio, outros 30% serão para os de natureza alimentícia (como salários e benefícios previdenciários do funcionalismo) e os 30% restantes para os credores de pre-

catórios não-alimentícios que não se habilitaram aos leilões.

Na reunião, a OAB manteve posição contrária ao leilão. A entidade insiste em substituí-lo pelos acordos firmados nas juntas conciliatórias dos tribunais. O relator já absorveu, na sétima versão do seu relatório, o reconhecimento legal dos termos de compromisso que já estiverem em vigor. Mas não abre mão dos leilões, mecanismo defendido pelos secretários para

reduzir o tamanho da dívida e agilizar os pagamentos.

A principal novidade da última versão do relatório de Raupp é o endurecimento das punições aos governadores e

prefeitos que descumprirem as condições impostas pela PEC. Eles serão obrigados, por exemplo, a reservar anualmente um percentual da receita corrente líquida – 2% para os municípios, pelo novo texto (antes era 1,5%) e 3% para os estados – para o pagamento de precatórios. Se não o fizerem, poderão ter os seus direitos políticos suspensos e se tornarem inelegíveis por 15 anos, entre outras punições.

Ponto central da disputa está no deságio para o pagamento das dívidas



Dona Júlia (de óculos) e suas colegas: a liberação do dinheiro dos precatórios leva anos e muitos morrem na fila da espera

Credores de precatórios alimentícios têm pressa

Quando ficou viúva, há 18 anos, dona Júlia de Oliveira Camargo constatou que só iria receber metade da pensão a que tinha direito pelo falecimento de seu marido, um delegado da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Foi avisada de que só conseguiria a outra metade se cobrasse na Justiça o que lhe devia o governo gaúcho. “Demorou quatro anos e meio. Mas

tar negociar mudanças na PEC 12/06.

A prioridade dos credores de precatórios alimentícios, na avaliação da simpática senhora, é buscar mecanismos que agilizem o pagamento dessas dívidas públicas. “Eu aceitaria um desconto de até 40% no que me devem, desde que recebesse logo”, assinala dona Júlia, alinhando-se de forma

Documento entregue a Raupp pede prioridade para idosos e doentes

Aos 79 anos, com um filho e dois netos, dona Júlia até hoje não

viu a cor do dinheiro do seu precatório alimentício. Há alguns anos, resolveu se engajar no sindicato dos pensionistas e dos funcionários aposentados do governo gaúcho, empreendendo uma verdadeira cruzada a favor dos credores de precatórios. Hoje, ela dedica boa parte do seu tempo à entidade que preside: a União Nacional dos Credores de Precatórios (UNCP). Tem vindo com certa frequência a Brasília para ten-

contrária ao que defendem os advogados da OAB, que não aceitam o leilão de deságios, pelo qual quem aceitar o maior desconto recebe primeiro.

No documento que entregou ao senador Valdir Raupp na semana passada, um dos principais pedidos da UNCP é que seja dada preferência aos credores com mais de 65 anos e portadores de doenças graves em fase terminal. “Diariamente, morrem pessoas que estão na fila para receber os precatórios a que têm direito. Alguns morrem até por falta de dinheiro para o tratamento”, lamenta dona Júlia.



Raupp (ao fundo), relator da PEC, tenta conciliar interesses da OAB e dos secretários de Fazenda

Planos econômicos lesaram cidadãos

Permitir que o Estado e os bancos privados se apropriem indevidamente do dinheiro das pessoas é inviabilizar a concessão de todos os direitos fundamentais, advertiu o defensor público federal João Paulo de Campos Dorini, em audiência pública que discutiu as perdas econômicas causadas pelos planos Bresser, Collor I e II e Verão.

Promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o debate serviu para orientar melhor os senadores sobre o assunto, tema de um projeto do presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Para Dorini, a apropriação indevida é uma ofensa à liberdade de propriedade do indivíduo, que se vê impedido de utilizar seus próprios recursos e não pode, conseqüentemente, arcar com

compromissos.

O coordenador-geral de assuntos jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Fabrício Missorino Lázaro, lembrou que os poupadores, hoje, estão recorrendo à Justiça para recuperar suas poupanças reduzidas com os diversos planos econômicos.

Lázaro destacou ainda que, embora as perdas tenham prejudicado milhões de pessoas, foi justamente no período da aplicação dos

planos, que se iniciou na década de 80, que os brasileiros começaram a se mobilizar para elaborar uma legislação de proteção ao cidadão e criar os órgãos de defesa do consumidor, referindo-se ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

Já a advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

(Idec), Maria Elisa César Novais, reclamou da grande dificuldade enfrentada pelos correntistas para obterem os extratos bancários dos períodos correspondentes à aplicação dos planos econômicos, o que ela considera uma tentativa de descaracterizar o direito dos consumidores. Lembrou que a legislação assegura o prazo de 20 anos, a partir da instituição do plano, para o cidadão entrar na Justiça na tentativa de recuperar seus depósitos bancários.

Em defesa dos bancos privados, o diretor-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Gabriel Jorge Ferreira, afirmou que, em relação aos planos econômicos, os bancos se limitaram a cumprir a legislação proposta governo e aprovada pelo Congresso Nacional.

– Houve uma absoluta neutralidade dos bancos em relação ao tratamento dado na questão da correção monetária – ressaltou.

Debatedores elogiam proposta de ampliar prazo para ações na Justiça

Os participantes do debate elogiaram o projeto de Paulo Paim que altera de 20 para 30 anos o prazo prescricional para que os correntistas possam ingressar com ações na Justiça com o objetivo de corrigir os valores depositados nos bancos no período dos respectivos planos (PLS 299/07).

Segundo Paim, a proposta,

que altera o Código Civil (Lei 10.406/02), vem ao encontro das decisões do Poder Judiciário, que tem reconhecido o direito à devida correção dos valores depositados. Ele lembrou que os planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) representaram prejuízos aos poupadores que somam “centenas de bilhões de reais”.



Paim (2º à esq.) entre os debatedores na CDH: projeto do senador dilata de 20 para 30 anos tempo para buscar reparações

PLENÁRIO



Antonio Carlos (E), João Ribeiro (sentado), Simon, Mercadante e Perillo em votação da Comissão de Justiça em que estiveram presentes os indicados ao CNJ e ao CNMP

Aprovadas indicações para conselhos

O Plenário aprovou na última quinta-feira mensagens com indicações de 12 nomes para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros 12 para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Entre eles, 18 devem substituir conselheiros cujos mandatos estão expirando e seis foram designados para um novo biênio como conselheiros. O resultado da votação será comunicado à Presidência da República, à qual caberá promover a nomeação dos indicados, por ato a ser publicado no Diário Oficial da União.

O CNJ tem por função exercer

o controle das atividades do Poder Judiciário, tanto na esfera da União como na dos estados. O CNMP exerce a mesma função no âmbito do Ministério Público. Além de regulamentar e fiscalizar as atividades administrativas e financeiras, os órgãos zelam pelo cumprimento dos deveres funcionais dos membros das respectivas carreiras – juízes, no primeiro caso, e procuradores e promotores, no segundo.

A votação, conduzida em bloco para cada conselho, resultou em 49 votos favoráveis e 1 contrário aos indicados para o CNJ, sem abstenções. Para o CNMP, também sem abstenções, foram

apurados 54 votos a favor e 2 contra. Na véspera, as mensagens haviam sido aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os dois conselhos foram criados em 2004 pela emenda constitucional (EC 45) da reforma do Judiciário. Debates acerca de mecanismos de controle surgiram ainda durante os trabalhos da CPI do Judiciário, que investigou irregularidades e desvios funcionais na magistratura. Os processos analisados pelos dois órgãos podem também começar a partir de denúncias sobre os serviços ou membros das respectivas carreiras.

CNJ e CNMP têm reconduções e novos nomes

As indicações agora aprovadas para o CNJ e o CNMP vão promover a primeira grande renovação nos dois conselhos desde 2005, quando foram instalados – o primeiro com 15 membros e o segundo com 14. Por acordo partidário, o Senado está reconduzindo aos dois órgãos os representantes que a Casa tem a prerrogativa de recomendar: para o CNJ, propôs novo mandato para o jurista e professor Joaquim Falcão. Para o CNMP, mantém Alberto Cascais Meleiro, advogado-geral do Senado.

Um dos novos indicados para o CNJ é o criminalista Tércio Lins e Silva, por designação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Para a segunda vaga que detém no conselho, a OAB optou pela recondução do advogado Paulo Lôbo, da seccional de Alagoas. O CNJ é presidido pela ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em maio, o Senado já havia aprovado o ministro César Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indicado por essa Corte para ocupar, no CNJ, a fun-

ção de corregedor-geral. Ainda não foi designado o representante da Câmara dos Deputados. A indicação para a renovação do mandato do atual conselheiro, Alexandre Moraes, ou do nome de seu substituto completará a renovação desse conselho, mas ainda terá que ser analisada pela CCJ e pelo Plenário do Senado.

No CNMP, o procurador-geral da República – cargo hoje exercido por Antônio Fernando Barros e Silva de Souza – é membro nato e também presidente do colegiado.

Senadores ressaltam 5º Congresso do MST

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado na semana passada em Brasília, contou com a presença de inúmeros governadores, senadores, deputados e líderes de diversos partidos e reuniu 18 mil pessoas para debater formas de concluir as autoridades do governo Lula e do Congresso a avançar na direção de maior número de assentamentos com a devida assistência técnica e creditícia.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter visitado escola montada no acampamento do MST na cidade para atender temporariamente a 1.500 crianças. Ele afirmou acreditar que, em poucos anos, o movimento poderá anunciar que seus acampamentos são territórios livres do analfabetismo. Para o senador,

o MST dá “um exemplo de compromisso com a educação”.

Já Sibá Machado (PT-AC) frisou que a história da resistência dos povos indígenas e dos escravos negros contra o domínio dos colonizadores europeus se reflete hoje na luta do MST.

Após também saudar o evento realizado pelo MST, José Nery (PSOL-PA) lembrou o assassinato do advogado, ex-deputado estadual e militante pelos direitos humanos Paulo Fonteles, ocorrido há 20 anos, na região metropolitana de Belém (PA).

O senador afirmou que a situação no campo não mudou nesse período e citou que, nos últimos 30 anos, 785 pessoas que lutavam pela terra foram assassinadas em todo o Brasil. Ele acredita que só a punição de mandantes de crimes ligados à disputa por terras poderá levar paz ao campo.

Mulheres querem maior participação no Parlamento

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as bancadas femininas do Senado e da Câmara promoveram na última quarta-feira ato público em frente à rampa do Congresso em defesa da maior participação das mulheres na reforma política. A manifestação contou com a presença, entre outras, das senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO) e da ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Na “Carta aos Parlamentares”, elas destacaram que, “apesar de sermos a maioria do eleitorado (52%), nossa presença não passa de 8,77% na Câmara e 12,3% no Senado”. O ato também lançou o slogan “Nem menos, nem mais: apenas iguais”.

Os indicados para o CNJ

Pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)

* Gelson de Azevedo - ministro do TST;
* Altino Pedrozo dos Santos - juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
* Antônio Umberto de Souza Júnior - juiz da 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

Pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

* Rui Stoco - desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo;
* Andréa Maciel Pachá - juíza de 1º grau do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

Pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)

* Mairan Gonçalves Maia Júnior - juiz do Tribunal Regional Federal

da 3ª Região;
* Jorge Antonio Maurique - juiz da Vara Federal de Execuções Fiscais de Florianópolis;

Pela Procuradoria-Geral da República

* José Adonis Callou de Araújo Sá - procurador regional da República;
* Felipe Locke Cavalcanti - promotor de Justiça de São Paulo;

Pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

* Tércio Lins e Silva - advogado (seccional Rio de Janeiro);
Paulo Luiz Netto Lôbo (seccional Alagoas - reconduzido);

Pelo Senado Federal

* Joaquim Falcão - jurista e diretor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (reconduzido).

Os indicados para o CNMP

Pelo procurador-geral da República

* Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, subprocuradora-geral do Trabalho (reconduzida);
* Osmar Machado Fernandes, procurador da Justiça Militar (reconduzido);
* Nicolau Dino de Castro e Costa Neto, procurador regional da República;
* Diaulas Costa Ribeiro, promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Pelo Colegiado dos Presidentes dos Ministérios Públicos dos Estados

* Raimundo Nonato de Carvalho Filho, procurador de Justiça do Maranhão;
* Cláudio Barros Silva, procurador de Justiça do Rio Grande do Sul;
* Sandro José Neis, promotor de

Justiça de Santa Catarina;

Pelo STF

* Fernando Quadros da Silva, juiz federal;

Pelo STJ

* Paulo Freitas Barata, juiz do Tribunal Regional da 2ª Região;

Pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

* Ernando Uchoa Lima, advogado (reconduzido);
* Sérgio Alberto Frazão do Couto, advogado;

Pelo Senado Federal

* Alberto Machado Cascais Meleiro, advogado-geral do Senado.

Homenagens a Ariano Suassuna e Brennand

Marco Maciel (DEM-PE) registrou o transcurso, no dia 11 de junho, dos 80 anos do artista plástico pernambucano Francisco Brennand, um dos mais renomados pintores, escultores e ceramistas brasileiros. Nesse sentido, encaminhou requerimento de voto de aplauso ao artista – subscrito por vários outros senadores –, justificando a importância da obra de Brennand para a difusão internacional da cultura brasileira.

O senador observou que Francisco Brennand hoje é reconhecido no mundo artístico europeu como um dos maiores pintores contemporâneos. O parlamentar lembrou que o próprio artista não se assumia propriamente como escultor ou ceramista e dizia sempre: “sou mais um pintor”.

Outro requerimento de voto de aplauso apresentado por Ma-

ciel homenageia os 80 anos do escritor, dramaturgo e professor Ariano Suassuna. Ele ressaltou que Ariano é hoje uma importante voz do povo na literatura brasileira e apresenta-se como caso raro de escritor com sucesso na prosa de ficção, teatro, poesia e ensaio.

Seu romance A pedra do reino surge como outro ponto alto do seu itinerário intelectual, reconhecido por traduções em várias línguas do mundo, argumentando Maciel. Morte e vida Severina, de João Cabral de Mello Neto, e Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna, são textos muito apreciados nos mais diversos idiomas, acrescenta.

Para o senador, os 80 anos de vida de Ariano Suassuna significam celebrar marco fundamental da cultura nordestina e brasileira de expressão mundial em língua portuguesa.

EDUCAÇÃO



Cristovam Buarque (E) é apoiado na retomada de iniciativa que adotou quando ministro da Educação

Programa Biblioteca do Professor é recriado

A Biblioteca do Professor, programa federal adotado pelo governo quando Cristovam Buarque (PDT-DF) foi ministro da Educação (2003-2003), poderá ser retomado. Essa foi a decisão terminativa da Comissão de Educação, tomada na terça-feira, que deverá agora ser examinada pelos deputados.

O programa busca reforçar a formação técnica, científica e intelectual dos professores da rede

pública de educação básica.

Pelo projeto (PLS 186/07), cada professor terá acesso, anualmente, a dois livros considerados essenciais para a sua formação – que serão de uso, guarda e propriedade dos próprios docentes. As despesas serão custeadas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Cristovam, autor do projeto, informou que, apesar do pequeno tempo de duração, o programa distribuiu 1,5 milhão de livros a

cerca de 700 mil professores de quase todas as escolas de alfabetização e de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, com investimentos da ordem de R\$ 14 milhões.

O relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), destacou a importância da decisão para o desenvolvimento profissional dos professores. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Wilson Matos (PSDB-PR) também aplaudiram a aprovação da proposta.

Autorizada criação da escola federal na Restinga

O Poder Executivo foi autorizado pela CE a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre (RS), com sede na região da Restinga, uma das áreas mais pobres do estado.

Segundo o autor do projeto (PLS 143/07), senador Paulo Paim (PT-RS), a escola, que será vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, irá fomentar o crescimento econômico da Restinga, além de capacitar jovens para o mercado de trabalho.

O relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), informou que

a escola de ensino profissionalizante de nível médio formará técnicos nos setores industrial, agropecuário e de serviços.

A comissão rejeitou ainda projeto de lei (PLS 300/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que propunha punir com a suspensão do funcionamento as escolas da rede pública e privada que se negassem a matricular alunos com deficiência. O relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), argumentou que a lei e a própria Constituição já garantem a matrícula a alunos com deficiência.

Comissão debate restrições à produção para TV

A CE promove ainda este mês o primeiro de três debates sobre o projeto (PLS 280/07) que restringe a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos a produção de conteúdo de sons, imagens e textos para veiculação por meio eletrônico. Empresas com ao menos 51% do capital pertencente a brasileiros também poderiam produzir. As reuniões serão em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à CE. Será ainda debatido projeto que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos-culturais e esportivos.

Euclides da Cunha pode dar nome a rodovia

O trecho acreano da rodovia Presidente Juscelino Kubitschek (BR-364) receberá o nome do escritor Euclides da Cunha, segundo projeto do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) aprovado pela Comissão de Educação. Mesquita Júnior ressaltou o papel do autor do clássico Os Sertões como chefe da missão Brasil-Peru na definição das fronteiras entre os dois países. A proposta obteve parecer favorável do senador Neuto de Couto (PMDB-SC).

COMUNICAÇÃO

O desafio de integrar TV, telefone e internet

A convergência tecnológica no setor de comunicações já pode ser considerada uma tendência inevitável, segundo concordaram especialistas convidados para audiência pública promovida na semana passada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Mas os setores de radiodifusão e de telecomunicações têm planos diferentes para o futuro, como ficou demonstrado durante a reunião, presidida pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

De um lado, as emissoras de televisão querem ver mantida a limitação à participação de capitais estrangeiros no setor de produção de conteúdo audiovisual. De outro, as empresas telefônicas – algumas das quais pertencentes a grupos estrangeiros – pretendem ingressar na área de televisão por assinatura.

Ainda estarão em jogo, como definiu o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – que propôs o debate – temas como a identidade cultural brasileira, a proteção ao setor de audiovisual nacional e a definição de um novo marco regulatório.

– A convergência é uma realidade, assim como a globalização da economia. Por mais que não se queira, não há como fugir dela. Temos que estabelecer as

regras que definirão como se dará a convergência – disse.

O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Pinto Martins, lembrou que, enquanto a radiodifusão oferece programação livre e gratuita, a telefonia trabalha com a prestação de serviços. Na sua opinião, a convergência abrirá oportunidades como a universalização do acesso a redes digitais. Até 2010, todos os municípios do país contarão com internet de banda larga.

A simples distribuição de voz deverá acabar no futuro, previu Martins. Com ele concordou o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado, José Fernandes Pauletti. A tendência mundial, adiantou, é a migração do serviço de voz para a telefonia celular. Além da telefonia fixa e móvel, afirmou, as empresas telefônicas querem entrar no mercado de televisão por assinatura. Até hoje, recordou Pauletti, a televisão a cabo chega a apenas 159 municípios, enquanto o serviço de banda larga ADSL alcançará todo o país em três anos.

O presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores, Amilcare Dallevo Júnior, observou que em diversos países existem limites à participação de

capitais estrangeiros nas emissoras de televisão e nas empresas produtoras de conteúdo. Ele quer ver garantido o controle de brasileiros sobre a produção de conteúdo.

Senadores querem coibir oligopólios

O tema do conteúdo audiovisual não foi devidamente discutido antes do anúncio do novo modelo de televisão digital, se-

gundo o presidente do Conselho Federal da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão, Fernando Dias. Para ele, o Brasil deveria seguir o modelo de diversos outros países, que asseguram a presença da produção independente na televisão aberta.

Durante o debate, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou preocupação com a atualidade da legislação destinada a

coibir a formação de oligopólios no setor. Marcelo Crivella (PRB-RJ) também se disse preocupado com a concentração “nas mãos de poucas pessoas” dos meios de comunicação.

Por sua vez, Flávio Arns (PT-PR) anunciou que a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação, voltará a debater o tema da produção de conteúdo audiovisual.



Roberto Martins (E), Wellington Salgado e Fernando Dias: convergência tecnológica é inevitável

GASTOS PÚBLICOS Generalização do pregão eletrônico nas compras do governo tramita em regime de urgência

Governo anuncia fundo para regiões

O governo federal pretende criar um fundo nacional de desenvolvimento regional, com o objetivo de financiar não somente empresas, mas também “investimentos estruturantes” – como é o caso da qualificação de mão-de-obra. O fundo teria, já de início, um total de recursos acima de R\$ 6,3 bilhões. Essas informações foram prestadas na última quinta-feira pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, durante audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Appy, a criação do fundo é um dos itens do projeto de reforma tributária a ser apresentado em breve ao Congresso Nacional, sob a forma de proposta de emenda à Constituição (PEC).

A idéia de criar um fundo nacional de desenvolvimento regional não é nova: o governo federal fez a proposta em 2003, quando tentava negociar com os estados a aprovação da reforma tributária. Naquela época, o novo fundo representaria uma compensação para as eventuais perdas dos estados com as mudanças provocadas pela reforma tributária – e principalmente

com o fim da guerra fiscal.

Recursos ficam fora do contingenciamento

O secretário de Política Econômica afirmou que os recursos do novo fundo não poderão ser contingenciados (não poderão ser retidos pelo governo federal com o fim de reforçar o superávit primário). Além disso, a verba para os investimentos estruturantes – os quais, de acordo com Appy, serão aplicados “tanto em infra-estrutura econômica como social” – será gasta a “fundo perdido”, ou seja, sem necessidade de reembolso.

Appy disse ainda ser intenção do governo que, após um período de transição de cerca de cinco anos, os recursos do fundo sejam divididos da seguinte forma: 40% para empréstimos a empresas e 60% para financiamentos, a fundo perdido, de investimentos estruturantes.

Os recursos englobariam as verbas dos fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, além dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

O secretário ressaltou que tanto a Sudam como a Sudene participarão da avaliação e da seleção dos projetos a serem financiados em suas respectivas áreas de atuação.



Lúcia Vânia, Jereissati e Sérgio Guerra ouvem Bernard Appy explicar como será o novo fundo de desenvolvimento regional

Desigualdades regionais no país preocupam senadores

Durante o debate com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) voltou a criticar os vetos parciais do presidente da República aos projetos de lei que recriaram as superintendências do desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Jereissati defendeu o artigo, vetado, que tratava da regionalização do Orçamento da União. Ele também condenou o veto à proibição do contingenciamento de recursos utilizados tanto pela Sudam como pela Sudene.

Também presente à audiência, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou estar preocupada com a “descontinuidade

histórica” dos fundos regionais e com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Em resposta, Appy afirmou que o governo federal “vem trabalhando com a hipótese de criação da Sudeco”. O secretário de Política Econômica também disse que o governo vem estudando formas de alterar a “partilha federativa”, de modo a beneficiar as regiões mais necessitadas do país.

Já sobre a proposta de criação de um fundo nacional de desenvolvimento regional, anunciada por Appy, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) declarou que “é uma idéia alvissareira, mas precisamos saber como o fundo será composto”.



Melhorias na Lei de Licitações poderão agilizar obras como a do Fórum de São José dos Campos (SP)

Nova regra para pregão eletrônico vai a Plenário

As mudanças na Lei de Licitações que generalizam o uso do pregão eletrônico nas compras feitas pelo governo, previstas em projeto que obteve parecer favorável do senador Romeu Tuma (DEM-SP), foram aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) na semana passada.

A proposta (PLC 32/07) tem por finalidade aumentar a impessoalidade e a transparência na escolha dos contratos públicos, por meio de instrumentos automatizados, que já demonstraram ser muito eficientes no combate à corrupção, dificultando o conluio entre empresas.

Mudanças objetivam dar mais transparência aos contratos

O pregão eletrônico foi instituído por lei em 2002 e dados demonstram que, desde então, diminuíram pela metade o tempo usado nos processos de compra, e economizaram cerca de 20% do valor gasto pela administração pública anteriormente.

Por estar tramitando em regime de urgência, o projeto passa a impedir outras decisões do Plenário a partir da próxima semana, caso não seja votado. Como os senadores sugeriram diversas alterações e, agora, estão diante de dois pareceres – além da CCT, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já havia aprovado relatório

do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) –, a tendência é a aprovação de um texto diferente do que chegou da Câmara, o que leva à necessidade de nova votação pelos deputados.

Graças às negociações realizadas nas últimas semanas, o relatório de Romeu Tuma aproxima o texto aprovado pela Comissão de Justiça no fim de maio às intenções iniciais do governo, que encaminhou a proposta original à Câmara dos Deputados em janeiro, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em seu relatório, Tuma sugeriu a rejeição de três emendas acatadas pela CCJ e promoveu ainda outras 20 alterações, boa parte delas para aprimorar a redação do projeto.

Medida inclui compras de até R\$ 50 milhões

Pelo texto da CCT, não deve haver nenhum teto para o uso do pregão eletrônico, que passa a ser obrigatório para compras com valores inferiores a R\$ 50 milhões. A comissão também restringiu a possibilidade de aditivos contratuais, identificando-os como um dos principais focos de irregularidades na contratação de empresas para fornecimento de produtos ou prestação de serviços ao governo.

Uma das principais alterações introduzidas por Tuma foi o congelamento do limite para realização de licitação pela modalidade de carta-convite. O texto da CCJ havia reajustado todos os limites pelo índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, calculado em cerca de 126%. Porém, para evitar o abuso da carta-convite, que conta com menos exigências legais, os valores anteriores, de R\$ 80

mil para compras e serviços em geral e R\$ 150 mil para obras de engenharia, foram mantidos.

Tuma destacou ainda a exigência de garantias à execução do contrato, para impedir que empresas adotem “condutas temerárias” ao assumirem contratos que não poderão honrar. Ele acrescentou limites nos aditivos contratuais de 10% para os contratos de obras novas, de 25% para reformas em edifícios e de 5% para compras e demais serviços. O senador argumentou que a falta de limites para os aditivos fornece “uma ampla abertura à corrupção”.

Texto aprovado pela comissão restringe o uso de aditivos contratuais

Publicação em jornais volta a ser obrigatória

Apesar de o projeto original acabar com a obrigatoriedade de publicação de editais em

jornais de grande circulação, já que introduzia a possibilidade de divulgação pela internet, houve grande pressão para que essa regra fosse revista. A CCJ restabeleceu a obrigatoriedade para contratos com valor superior ao do limite para carta-convite, mas a CCT elevou o limite a partir do qual é obrigatório o uso da grande imprensa para dar publicidade às licitações.

Negociação em torno de emenda apresentada na CCT pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) torna obrigatória a publicação dos avisos de licitação em jornais de grande circulação sempre que o valor do contrato for superior a seis vezes o previsto para a carta-convite. Ou seja, a alteração libera a administração pública de pagar a contratação em jornais quando ela ficar abaixo de R\$ 540 mil para produtos e serviços e R\$ 900 mil para obras de engenharia. A elevação é importante para pequenos municípios com limitação orçamentária.

SAÚDE



Criança norte-americana toma sorvete: obesidade infantil ganhou proporções de epidemia nacional

Combate à obesidade afetará propaganda

O aumento da obesidade, principalmente entre crianças – uma preocupação de médicos e especialistas em alimentação, comunicação e direitos humanos em todo o mundo – deve ser combatido com a promoção de alimentação saudável, o que implica mudança de conceitos tanto na indústria quanto no meio publicitário.

A constatação ficou clara na audiência realizada na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade infantil no país.

Esse problema pode estar virando uma epidemia, conforme salientou o médico e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo Carlos Monteiro. Segundo ele, uma das principais causas da obesidade é a substituição da alimentação tradicional de décadas anteriores por outra que cada vez mais privilegia a gordura, os biscoitos, os refrigerantes e as comidas prontas.

– A substituição está nos levando a uma alimentação obesogêni-

ca que, associada ao sedentarismo, está tornando a obesidade uma epidemia – alertou.

Um dos motivos da mudança está no tipo de publicidade promovido pela indústria de alimentos, na opinião da coordenadora do Departamento de Doenças Metabólicas com Impacto Global da Sociedade Internacional de Endocrinologia, Valéria Guimarães. Segundo ela, o investimento nesse tipo de propaganda é tão grande quanto os gastos na área de saúde para combater a obesidade.

Controle da propaganda sobre alimentos

Já a coordenadora da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Beatriz Vasconcelos, enfatizou a política de promoção de alimentação saudável, que tem entre seus objetivos o fortalecimento da alimentação básica, o controle da publicidade sobre alimentos, a informação adequada no ambiente escolar e ações destinadas à regulação que envolve a rotulagem de produtos alimentares.

A falta de políticas públicas voltadas para a regulamentação publicitária dirigida a crianças e adolescentes na área alimentícia foi criticada pelo pesquisador da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Edgar Rebouças.

O coordenador político da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, Ivônio Nunes, informou que a alimentação adequada é um direito humano, desde que “numa relação de poder, esse acesso estabeleça ou possibilite a reprodução das culturas das comunidades”.

– Quando a sociedade não sabe tratar as informações de maneira adequada, facilitam-se as ações daqueles que aproveitam-se dessa incapacidade para transformar os interesses privados em interesses públicos – argumentou.

O jornalista Jorge Moreno deu um depoimento com base na sua experiência como obeso e destacou que, embora o excesso de peso seja uma doença, o gordo é sempre tratado com discriminação e até desrespeito.

Indústrias alimentícias se defendem

Em defesa dos 32 mil produtos de alimentos no Brasil, Carlos Roberto Faccina, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, afirmou durante a audiência na Comissão de Assuntos Sociais que a obesidade, ao contrário do que muitos pensam, não é culpa somente das indústrias alimentícias. A responsabilidade pelo aumento

do número de obesos não só no Brasil, mas em todo o mundo, segundo ele, é multidisciplinar e envolve as indústrias, o meio acadêmico e as escolas.

Para ele, a indústria tem sua parcela de culpa, mas também está preocupada com a obesidade, pois sabe que a sociedade, cada vez mais voltada para a defesa de alimentos mais saudáveis, vai

manter-se fiel somente aos fabricantes de alimentos com menos comprometimento à saúde.

– Todas as indústrias estão preocupadas com a questão da obesidade, com a redução do açúcar e da gordura, porque elas existem na medida em que os consumidores se mantenham fiéis aos seus produtos – defendeu Faccina.

Grupo de trabalho deve discutir soluções

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) propôs a criação de um grupo de trabalho para discutir formas de combate à obesidade infantil e dar objetividade aos resultados dos debates que estão sendo realizados no Senado. A parlamentar, proponente da audiência pública sobre o tema, anunciou um segundo encontro para esta terça-feira e que um terceiro debate deverá ser agendado.

– Chegou a hora de enfrentar a responsabilidade de lidar com essa doença física e emocional dos brasileiros – enfatizou a senadora, que criticou a falta de

legislação adequada e de regulamentação da publicidade para o setor de alimentos.

Para o presidente da CAS, Pápaléo Paes (PSDB-AP), a culpa pela apatia da legislação voltada para o setor é do Congresso, pois a indústria alimentícia, conforme o senador, só está seguindo “o que a lei manda, com o objetivo de vender seu produto”.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que é autor de um projeto (PLS 196/07) que obriga as indústrias de refrigerantes a informarem, no rótulo, as calorias das bebidas, bem como

os males que podem causar.

Na opinião da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica pediatra, a mídia, que exerce uma influência muito grande sobre as crianças, precisa ter um papel educacional. A parlamentar também criticou a falta de debate sobre as doenças psicossociais que atingem os portadores de obesidade.

Segundo pesquisa da Consultoria do Senado, tramitam na Casa 11 projetos que tratam de “propaganda de alimentos e bebidas”, sete deles apensados numa única proposta.

Direitos dos idosos são tema de audiência

A audiência pública promovida na semana passada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o Dia Mundial de Combate à Violência Contra o Idoso (15 de junho) foi marcada por apelos para que a população brasileira transforme em rotina a defesa dos direitos dos maiores de 60 anos. Acidente de trânsito, agressão doméstica, desrespeito e pobreza estão entre as principais mazelas vividas pelos idosos brasileiros.

Em reunião presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da CDH, os oito palestrantes defende-

Agressão e pobreza estão entre as mazelas vividas pelos mais velhos

de idosos no Brasil apresentou “uma leve tendência de crescimento” entre 1991 e 2004, de 104 mortes por grupo de 100 mil para 110. Alguns dos fatores que influenciam essa mortalidade são acidentes de trânsito, quedas, suicídios e violência doméstica.

Maria Cecília ressaltou ainda que a maioria dos idosos envolvidos em acidentes de trânsito é pedestre, vítima não apenas de veículos de passeio ou do transporte público como também de calçadas e semáforos em má conservação e pisos escorregadios, um convite às quedas, cujas conseqüências são sempre amplificadas para essa faixa etária.

ram o empenho de toda a sociedade, em especial dos Poderes Executivo e Legislativo, por uma integração social dos idosos.

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, salientou que a legislação sobre os direitos dos idosos, tanto no Brasil quanto no exterior, é bem elaborada, mas não é colocada em prática porque a sociedade ainda não assumiu o assunto como rotina.

Segundo a pesquisadora da Fundação Fiocruz Maria Cecília Minayo, 16.789 idosos morreram em 2004 vítimas de acidentes (principalmente no trânsito) e violência, uma média de 46 idosos mortos por dia, 65% deles do sexo masculino. De acordo com ela, a taxa de mortalidade

Já o presidente do Conselho Nacional do Idoso, Paulo Roberto Ramos, disse que a maior violência contra os idosos é a pobreza, que atinge muitas das 18 milhões de pessoas acima dos 60 anos. Ele defendeu a necessidade de políticas públicas “para resgatar as pessoas da pobreza”.

Na opinião de Paulo Ramos, um dos principais desafios brasileiros é levar ao conhecimento dos idosos os direitos já garantidos, função dos governantes.

Já Perly Cypriano, subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos da SEDH, informou que existem no mundo 600 milhões de idosos, que podem chegar a 2 bilhões daqui a quatro décadas. Apenas o Brasil, completou, terá cerca de 30 milhões de idosos em 2025.



Cypriano (E) e Vannuchi defenderam inclusão social dos idosos em audiência pública presidida por Quintanilha (D)

Maior parte das agressões ocorre dentro de casa

A coordenadora do Programa de Prevenção à Violência do Ministério da Saúde, Marta Maria Alves da Silva, afirmou que a maioria das agressões contra pessoas idosas no Brasil são praticadas por parentes e dentro das residências. Ao participar do debate na CDH sobre o tema, ela citou entre os principais problemas domésticos as violências física, financeira, psicológica e o abandono, que atingem mais as idosas que os idosos.

Marta também disse que a questão da violência e acidentes com pessoas idosas, além de ser um problema de direitos humanos, traz grande impacto para os custos da saúde pública.

Já a representante da Associa-

ção Internacional de Geriatria e Gerontologia, Laura Machado, informou que pesquisas apontaram o preconceito e a falta de respeito como as principais formas de violência contra os idosos.

– Respeito é mais importante que comer e beber – repetiu a pesquisadora, citando frase de um dos idosos entrevistados.

Laura comemorou o fato de o Estatuto do Idoso estar em vigor já há três anos e destacou a importância do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, resultado de assembléia das Nações Unidas em 2002. Para ela, os governantes devem priorizar a revisão e análise do Plano em reunião internacional a ser realizada em 2008.

CRIANÇA Análises e discussões mobilizam o Senado em celebração ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil

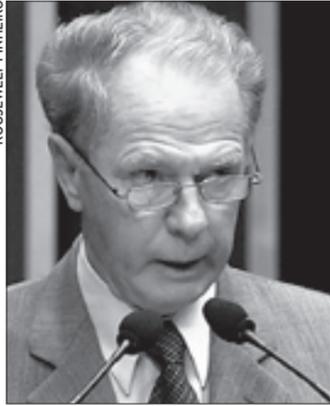
Projeto pune empresas exploradoras de menores

O emprego de menores de 18 anos em trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos e de menores de 16 anos sob qualquer circunstância, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, impedirá que a empresa receba financiamentos, isenções ou qualquer outro benefício financeiro – como renegociação de dívidas – de instituições públicas de fomento econômico e de estímulo à produção agrícola ou industrial.

A decisão foi tomada em caráter terminativo na terça-feira passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao aprovar projeto (PLS 99/03) do senador Gerson Camata (PMDB-ES). Se não houver recurso para votação em Plenário, o texto segue direto para a Câmara dos Deputados.

Camata afirma que o projeto surgiu a partir de uma sugestão da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e teve o apoio da Frente Parlamentar pela Criança da Câmara dos Deputados. Além disso, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), vinculado à Presidência da República, determina que os recursos públicos não devem financiar qualquer atividade econômica que empregue mão-de-obra infantil, justifica Camata no projeto.

No parecer favorável a aprovação, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) considera “surpreendente o fato de que sanções semelhantes já não estivessem vigorando”.



CAE aprovou projeto de Camata que pune empresa exploradora de mão-de-obra infantil

Combate à prática tem dia mundial desde 2002

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil – celebrado em 12 de junho – foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002, quando foi publicado o relatório da Conferência sobre o Trabalho Infantil de Genebra. Neste ano, o dia foi dedicado à eliminação do trabalho infantil na agricultura.

Segundo a OIT, “a maioria de crianças trabalhadoras, cerca de 70%, mais de 150 milhões de meninas e meninos menores de 18 anos”, atuam em atividades agrícolas ou pecuárias.

Nem todo o trabalho feito por crianças na agricultura é prejudicial ou se qualifica como trabalho a ser eliminado, de acordo com a

OIT, que define trabalho infantil como “todo aquele que prejudica o bem-estar das crianças e compromete a sua educação, o seu desenvolvimento e a sua vida futura”.

Para o governo, a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgatou, entre janeiro e março deste ano, mais de 1.931 crianças e adolescentes do mercado de trabalho brasileiro. Entre 2003 e abril deste ano, o total de resgatados seria de 38 mil. O ministério ressalta que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada em 2005 apontou o Maranhão como o estado com maior número de casos – 240 mil – de trabalho infantil.

Trabalho infantil volta a crescer no país

O trabalho infantil no campo é um problema de ordem cultural, afirmou à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o técnico de relações de trabalho e previdência da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Clóvis Veloso. Ele participou de audiência pública que avaliou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Segundo Veloso, a prática tem diminuído, sendo que 90% dos casos acontecem na agricultura familiar. O técnico informou que 1,2 milhão de crianças trabalham no setor rural e só 10% desse total atuam na agricultura comercial.

Mas a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira, citou dados do IBGE, segundo os quais o número de crianças trabalhando voltou a crescer entre 2004 e 2005.

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alessandra Lunas, observou que a erradicação é uma questão “delicada”. Acrescentou que a entidade é contra a prática no caso de trabalho infantil assalariado, mas que, quando envolve a família, a situação não é tão simples. A solução estaria numa educação de melhor qualidade no campo.

Também há muitos casos em grandes cidades, disse o diretor de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, Leonardo de Oliveira. Pais fazem as crianças trabalhar para aumentar a renda.



Meninos vendem alho em feira popular: o trabalho de crianças é comum em todo país e tem fortes raízes culturais no meio rural

Há crianças que participam de programas de transferência de renda, “mas de noite vendem coisas em bares”.

– A dificuldade é convencer as famílias – afirmou.

A secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Helena Lopes, reafirmou o compromisso do governo contra o trabalho infantil. Já a procuradora regional do Trabalho Eliane dos Santos lembrou que o plano

de erradicação inclui 133 ações, mas só um terço delas teriam sido implementadas. “O plano não foi executado”, afirmou.

Léa Viveiros de Castro, do Senac e da Confederação Nacional do Comércio, disse que é preciso aumentar a escolaridade. E o representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Cláudio Montesso, vê o problema entre as mazelas crônicas do Brasil, com origem na desigualdade social.

Exploração de crianças causa indignação



Para a presidente da CAS, só “políticas ousadas” podem erradicar o trabalho infantil

Quase 3 milhões de crianças entre cinco e 15 anos trabalham no Brasil. O dado, do IBGE, foi lembrado pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), presidente da CAS. Ela disse que a sociedade precisa se mobilizar para solucionar o problema, com “políticas mais ousadas e criativas”.

Durante debate sobre o tema, especialistas observaram que, entre 2004 e 2005, cresceu o trabalho infantil no país. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) atribuiu a culpa à mudança de conceito do programa de distribuição de renda, transformado de Bolsa-Escola para Bolsa Família.

– Foi um efeito devastador. Se antes a pessoa recebia o dinheiro porque o filho ia para a escola, agora recebe porque é pobre. Se antes dizia “vou sair da pobreza porque meu filho vai para escola”, agora diz “se deixar de ser pobre, perco a bolsa” – afirmou Cristovam, que sugeriu o envio de carta ao presidente da República externando a indignação do Senado e propôs a criação de comissão para acompanhar a erradicação do trabalho infantil.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) também criticou a vinculação dos programas contra o trabalho infantil à Bolsa Família.

Números do trabalho infantil

Crianças e adolescentes que trabalham no Brasil somam **2,9 milhões**, mais do que as populações somadas de Rondônia, Amapá, Acre e Roraima.

O Nordeste é a região campeã do trabalho infantil. Lá, **15,9%** das crianças e adolescentes até os **17 anos** trabalham. A menor taxa é no Sudeste (**8,6%**).

Concentram-se no campo **76,7%** das crianças ocupadas de **5 a 9 anos**. Em sua maioria, não recebem remuneração (**64,4%**) ou estão envolvidas na

produção para consumo próprio (**26,9%**).

O percentual de garotos trabalhando (**15,6%**) é quase o dobro do das meninas.

Entre **2004 a 2005**, cresceu **10,3%** o número de menores entre **5 e 14 anos** ocupados, apesar da proibição legal.

Na faixa até **17 anos**, o aumento é bem menor: subiu de **11,8%** para **12,2%**, interrompendo tendência de queda desde **1992**.

Taxa de ocupação de menores no Brasil e nas regiões

Após anos em queda, percentual de crianças e adolescentes (entre 5 e 15 anos) dentro do contingente total de ocupados aumentou 10,3% em 2005*

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	5,3	5,2	4,7	3,8	3,7	3,6	3,5	2,6	2,4	2,1	1,9	2,0
Norte	5,5	5,4	5,2	3,8	4,2	4,5	4,5	2,4	2,6	2,4	1,9	1,9
Nordeste	8,4	8,1	7,8	6,5	6,6	6,6	6,5	4,8	4,3	3,9	3,5	3,9
Centro-Oeste	5,4	5,3	4,3	3,5	3,2	3,0	3,0	2,2	2,0	1,5	1,6	1,5
Sudeste	3,3	3,2	2,6	2,1	1,9	1,6	1,7	1,3	1,2	1,0	0,8	1,0
Sul	5,3	5,2	4,9	3,8	3,4	3,3	3,2	2,4	2,5	2,2	2,2	2,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2005

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE)

* Não há registro de dados relativos a 1994



INVESTIGAÇÕES Ministro discutirá possibilidade de controle de vôos ser feito por meio de satélite geostacionário

CPI do Apagão Aéreo ouve Hélio Costa

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, deve ser ouvido pela CPI do Apagão Aéreo, na quarta-feira, às 9h, sobre o controle do tráfego aéreo brasileiro por satélite geostacionário.

A utilização desse tipo de satélite para o controle do tráfego aéreo é uma recomendação recente da Organização Internacional de Aviação Civil. A expectativa da entidade com a tecnologia é de que até 2010 não será mais necessário o uso de equipamentos de navegação aérea em solo, como radares e instrumentos que auxiliam os pilotos de aeronaves nas diversas operações de decolagem e aterrissagem, por exemplo.

No Brasil as informações de posicionamento de aeronaves são captadas por um sistema de radares de fabricação francesa. Conforme revelado pela CPI, tal modalidade de controle apresenta falhas, como a duplicação de pistas, a emissão de sinais fantasmas, geração de informações imprecisas e ocorrência de pontos cegos na cobertura do território nacional.

Na mesma reunião devem ser ouvidos o presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), Carlos Henrique Moreira, e diretor-presidente da Star One, empresa do sistema Embratel que atua no mercado de comunicação via satélite.

Depois de tratar do controle aéreo no país, a CPI deve colocar o foco nas denúncias que envolvem a Infraero, responsável pela administração dos aeroportos.

No início do mês o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, negou irregularidades no repasse, pela Infraero, dos recursos que devem ser destinados à Força Aérea Brasileira, provenientes da cobrança de taxas das companhias aéreas pela utilização de serviços de controle de vôo. Sua declaração contraria auditoria do Tribunal de Contas da União, que aponta uma dívida de R\$ 582 milhões da Infraero com o Departamento de Controle de Tráfego Aéreo.



Carvas, diretor da Atech Tecnologias Críticas, negou falhas no software da empresa, usado no controle de vôo do Brasil

Problema pode estar nos sensores de radar

Ao responder a questionamento do senador Demostenes Torres (DEM-GO), durante reunião da CPI do Apagão Aéreo, na terça-feira, Cláudio Carvas, diretor da Atech Tecnologias Críticas, empresa responsável pelo software de controle de vôo usado no Brasil, sugeriu a possibilidade de que alguns dos problemas atribuídos pelos controladores de vôo ao software sejam, na verdade, originados por falhas nos sensores de radares.

De acordo com Carvas, más condições meteorológicas e até mesmo tetos metálicos de galpões podem produzir duplicação de aeronaves nas telas de monitoramento. Outros problemas do software apontados pelos controladores foram a geração de informações imprecisas e sinais fantasmas.

– Isso acontece em qualquer lugar do mundo. Temos ciência de que cada informação de pista falsa é uma característica do sensor de radar – disse Carvas.

O especialista admitiu a hipótese da existência de pontos cegos na cobertura do território nacional. Mas observou que o sistema Cindacta 1, por exemplo, não tem o número máximo previsto de 32 radares, havendo assim capacidade para ampliar a densidade de cobertura.

Ele informou ainda que recentemente os radares de fabricação francesa em uso no Brasil passaram por um processo de modernização completa, que

manteve apenas a antena do equipamento antigo.

Carvas manifestou-se favoravelmente à implantação no país de um sistema de controle do tráfego aéreo via satélite. Segundo ele, o monitoramento por satélite deverá eliminar as falhas de comunicação devidas, por exemplo, a sotaques de controladores ou dificuldades com idiomas estrangeiros.

Na mesma reunião da CPI, o consultor de aviação Rubens Alves defendeu a privatização de aeroportos industriais brasileiros. Afirmou ser o caso do Aeroporto de Confins, próximo a Belo Horizonte. Ele também se disse a favor da implementação de parcerias público privadas (PPPs) na gestão dos aeroportos economicamente viáveis.

Alves considerou insuficientes os R\$ 3 bilhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para melhorar a infra-estrutura aeroportuária do país. Concordou com estudo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que calcula em R\$ 6,5 bilhões o montante necessário para os investimentos no setor.

Jéferson de Oliveira, especialista em aviação, protestou contra prejuízos sofridos pelas empresas de táxi aéreo devido a gasto extra de combustível em função dos congestionamentos nos principais aeroportos, que obrigam os aviões a continuarem voando até que haja vaga para pousar.



Para o senador Tião Viana, presidente da CPI, relatório deve apresentar soluções para controle aéreo

Ozires Silva diz que solução é tecnológica

O número de passageiros de transportes aéreos chegou em 2006 a 2,2 bilhões de pessoas ao ano em todo o mundo, 80 milhões só no Brasil. Esse número cresce a uma taxa de 6% a 7% por ano, sendo que no Brasil e na Ásia a taxa ainda é maior. Para lidar com um aumento tão expressivo de demanda de vôos, o setor vem investindo em pesquisas de novas tecnologias que diminuam a participação do ser humano no controle de tráfego aéreo. Essas informações foram prestadas pelo ex-presidente da Embraer e da Varig e ex-ministro de Infra-Estrutura e Transportes, Ozires Silva, durante reunião na terça-feira da CPI do Apagão Aéreo. O encontro teve como objetivo debater a segurança do controle do espaço aéreo no Brasil.

– O ser humano não será capaz, sem a automação do sistema, de controlar com segurança o tráfego aéreo. Nossa capacidade é limitada e vai ser superada pela avalanche do tráfego aéreo, muito acima da nossa capacidade de julgar – afirmou Silva.

Além da redução da participação humana no controle de vôo, outra tendência no setor é promover a construção de aeroportos secundários. O ex-ministro destacou que o tráfego aéreo comercial hoje no Brasil atende apenas a 130 cidades, de um total de mais de 5 mil municípios.

A construção de mais aeroportos em mais cidades, salientou, também está relacionada à tendência de haver cada vez mais vôos comerciais feitos com aviões menores. O especialista assinalou que já existem dois aeroportos privatizados no Brasil – em Macaé (RJ) e Porto Seguro (BA) – e que ambos funcionam bem. E também lembrou que no exterior é comum haver aeroportos privados e que há muitos investidores interessados nesse empreendimento.

O especialista defendeu ainda a “desregulamentação” do sistema de transporte aéreo, a fim de permitir o crescimento desse setor que, avaliou, é “um importante vetor de desenvolvimento”.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), pediu uma lista de sugestões de desregulamentação, que Silva prometeu fornecer à CPI.

Silva elogiou a capacidade da Aeronáutica brasileira de organizar o controle de tráfego aéreo e responder pelo setor. Na opinião do ex-ministro, o planejamento da Aeronáutica brasileira é “lúcido” e perfeitamente preparado para enfrentar os desafios futuros.

Mas reconheceu, quando questionado pelo presidente da CPI,

senador Tião Viana (PT-AC), que existe o risco de o sistema de tráfego aéreo nacional ser rebaixado de classe por organismos internacionais. Silva destacou que esse rebaixamento seria resultado de “uma percepção” de órgãos reguladores norte-americanos, influenciada pelos problemas que vêm ocorrendo nos aeroportos, e que mesmo que não tenha base em riscos reais, representaria prejuízos enormes para a aviação nacional.

– Se autoridades aeronáuticas dos Estados Unidos colocarem em dúvida as condições de segurança do tráfego aéreo brasileiro, mesmo que não seja correto, a tendência mundial é acompanhar a posição americana. Os Estados Unidos têm capacidade de produzir regulamentações que são parâmetros em todo o mundo – observou.

Silva disse que a movimentação por aumento de salário é feita por uma pequena minoria de controladores de vôo.

Para o especialista, a maioria dos controladores é “gente de primeira qualidade, com um trabalho excepcional”. Ele ressaltou ainda duvidar que o simples aumento salarial resolva a “insatisfação” dos controladores.

Número de passageiros no mundo chegou a 2,2 bilhões em 2006

Demostenes defende auditoria de software

Em entrevista à imprensa na terça-feira, após o encerramento da reunião da CPI do Apagão Aéreo, o relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), defendeu a necessidade de auditoria internacional no software de controle de vôo utilizado no país. O programa em uso pelo sistema de controle do espaço aéreo foi desenvolvido pela empresa nacional Atech – Tecnologias Críticas.

Demostenes justificou a contratação de auditoria em virtude de o diretor da Atech ter atribuído algumas falhas do software – como duplica-

ção de pistas e sinais fantasmas – a falhas de sensores de radar e não ao programa de computador.

– Não tivemos nenhuma contestação acerca desse sistema [de controle de tráfego aéreo] a não ser pelos próprios controladores de vôo. Mas ainda assim vamos solicitar à Aeronáutica que contrate uma auditoria independente para dizer se o sistema é bom ou não. A auditoria tem de ser internacional porque só a Atech, que desenvolveu o sistema, tem capacidade no Brasil para fazer a sua avaliação – disse.

CONSELHO DE ÉTICA

Decisão sobre Renan deve sair na terça

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar adiou para esta terça-feira a votação do relatório de Eptácio Cafeteira (PTB-MA) que pede o arquivamento da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposta quebra de decoro parlamentar.

A deliberação sobre o relatório foi suspensa na sexta-feira para que o colegiado possa ouvir, nesta segunda-feira, às 14h30, o funcionário da Mendes Júnior Cláudio Gontijo e, na seqüência, o advogado da jornalista Mônica Veloso, Pedro Calmon. A expectativa é de que, na terça-feira, o conselho tenha em mãos o resultado de perícia na documentação de defesa enviada por Renan Calheiros ao conselho.

A defesa do adiamento da decisão – inicialmente sustentado por senadores da oposição – acabou sendo feita pelos próprios aliados de Renan, como o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Jucá alegou que a perícia era necessária para afastar dúvidas quanto à documentação apresentada pelo presidente do Senado ao Conselho de Ética. O líder do governo se referia à situação criada depois de matéria do Jornal Nacional, na quinta-feira à noite. De acordo com a reportagem, parte dos documentos apresentados por Renan como comprovação de venda de gado seria de empresas inativas, multadas por extravio de notas fiscais ou cujos donos alegam

não ter realizado as transações. Também o gerente das fazendas de Renan em Alagoas, ouvido pelo Jornal Nacional, afirmou que o senador tinha cerca de 1.100 cabeças de gado, e não 1.700 como havia sido alegado na defesa do senador.

A perícia e a oitiva de pessoas envolvidas no episódio já haviam sido solicitadas por votos em separado dos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO) – este em nome de seu partido.

O único a resistir ao adiamento foi o próprio relator, para quem postergar a decisão seria um desrespeito a seu trabalho. Cafeteira chegou a afirmar que renunciaria ao cargo de relator – repassando-o à senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – caso fosse aprovado o adiamento, mas voltou atrás, devido, segundo ele, a um telefonema que havia recebido de sua esposa.

Na manhã de sexta-feira, momentos antes da reunião do conselho, Renan Calheiros afirmou: “Eu não estou pedindo o direito da dúvida, estou trazendo a certeza da verdade”.

Renan conversou com um a um dos integrantes do conselho. À saída do gabinete do senador Marconi Perillo, declarou que estava apresentando os argumentos que o inocentam.

– Eu fiz questão de fazer essa visita aos senadores, todos os senadores, não para formar cabeças, mas para trazer a verdade – acrescentou.

Entenda a origem do processo

O que originou a representação em exame no Conselho de Ética foi uma denúncia de *Veja*: Cláudio Gontijo, da Construtora Mendes Júnior, teria feito pagamentos mensais de R\$ 16,5 mil à jornalista Mônica Veloso, com quem o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem uma filha de três anos.

Em sua defesa, Renan disse que Gontijo, seu amigo, apenas intermediou o repasse de dinheiro que seria seu. Por meio do advogado Eduardo Ferrão, o presidente do Senado entregou ao corregedor da Casa, Romeu Tuma (DEM-SP), documentos que evidenciariam a origem

lícita dos pagamentos feitos à jornalista. Entre eles, estavam comprovantes de rendimentos com operações pecuárias em suas fazendas.

Com base na reportagem, o PSOL representou ao Conselho de Ética contra Renan, por suposta quebra de decoro parlamentar. O relator no colegiado, Eptácio Cafeteira (PTB-MA), pediu o arquivamento do processo por falta de provas.

Matéria exibida no *Jornal Nacional* de quinta-feira questionou a autenticidade dos documentos sobre as operações pecuárias nas fazendas de Renan Calheiros, em Alagoas.



Renan (foto à esq.), cercado de jornalistas. Jucá conversa com Demostenes; ao fundo, José Nery



Cafeteira (E), ao lado de Sibá Machado, antecipa que não mudará nenhum ponto de seu relatório

Oposição pede perícia e audiência de envolvidos

Três votos em separado, apresentados pelos senadores Marconi Perillo (GO) – este, em nome da bancada do PSDB –, Demostenes Torres (DEM-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM), foram lidos na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na sexta-feira. Os dois primeiros solicitam, além da tomada de depoimentos pelo conselho, a realização de perícia nos documentos entregues por Renan.

O voto em separado do PSDB sugere que o conselho ouça o depoimento do advogado da jornalista Mônica Veloso, Pedro Calmon Filho. O de Demostenes pede para o conselho tomar o depoimento da própria Mônica Veloso e também de Cláudio Gontijo, funcionário da Mendes Júnior.

O voto de Jefferson Péres cobra explicações para a incoincidência entre as datas dos saques nas contas do senador e os pagamentos feitos à jornalista. Questiona também o fato de Renan ter escolhido o empregado da empreiteira Mendes Júnior (segundo ele, conhecido por atuar como lobista) para efetuar os pagamentos a Mônica Veloso. Jefferson considerou como “evidente impropriedade” de Renan ter encarregado dos pagamentos o funcionário de uma empresa com interesses a defender em diferentes esferas do poder público, com o fato agravante de exercer notoriamente as funções de lobista.

Para aliados, dúvidas serão esclarecidas

Na saída da reunião do Conselho de Ética, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ser necessário comprovar se Renan Calheiros, de fato, vendeu gado e se tinha renda suficiente para fazer pagamentos mensais de R\$ 16,5 mil à jornalista Mônica Veloso.

Já o líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse acreditar que haverá condições de formar “ampla maioria, talvez até mesmo a unanimidade”, para aprovação do relatório de Cafeteira na próxima terça-feira. Para Raupp, as dúvidas surgidas a partir da denúncia da TV Globo serão devidamente esclarecidas pela perícia feita nos documentos apresentados por Renan.

A líder do bloco de apoio ao governo, Ideli Salvatti (PT-SC), observou que não há provas documentais de nenhuma das três acusações apresentadas pelo PSOL em sua representação, razão pela qual o relator teria optado pelo arquivamento do processo.

Outro senador que defendeu Renan perante o conselho foi o peemedebista Wellington Salgado (MG), que disse ter visto a documentação apresentada pelo senador, o que foi suficiente para convencê-lo de que o presidente do Senado é inocente. Pedro Simon (PMDB-RS) admitiu haver boas chances de a documentação ser autêntica.

CASO GAUTAMA



Deputado Augusto Carvalho (PPS) e José Nery (PSOL) entregam requerimento: assinaturas de deputados somaram apenas 169

CPI da Navalha ainda busca mais apoios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu que a Mesa aguardará até esta terça-feira por eventuais novas assinaturas no requerimento de instalação de uma CPI mista para apurar as denúncias oriundas da chamada Operação Navalha, conduzida pela Polícia Federal para investigar esquema de quadrilha que fraudava licitações públicas em diversos estados.

O pedido original chegou a ser protocolado na Mesa do

Senado na quarta-feira, com 202 assinaturas de deputados e 30 de senadores. Conferidas todas as assinaturas dos federais, 31 eram repetidas e uma não conferia, restando apenas 169 apoios válidos, dois a menos do que o mínimo exigido pelo Regimento (um terço do quórum em cada Casa). No Senado, as 30 assinaturas superam em três o número necessário.

Caso o requerimento cumpra as exigências regimentais, ele

ainda deverá ser publicado no Diário do Congresso e, em seguida, Renan Calheiros precisará convocar sessão do Congresso Nacional para fazer a leitura do pedido. Na mesma sessão, será dado prazo aos líderes partidários para que indiquem os nomes para formar a comissão. A critério do presidente do Congresso, ele poderá, pessoalmente, apontar os integrantes de cada partido, se considerar que houve muita demora.

MEIO AMBIENTE

Senadores querem proteger águas; especialistas criticam possíveis mudanças no Código Florestal



Recuperação de matas ciliares às margens de rio no estado do Paraná: preservar a vegetação assegura a disponibilidade de água, mas falta aplicar as leis ambientais

Tributo menor para quem preserva

O produtor rural que adotar princípios, métodos e técnicas que resultem na preservação dos recursos hídricos, assegurando maior disponibilidade de água – em quantidade e qualidade – para múltiplos fins, poderá obter abatimento no valor da cobrança pelo uso da água. Pelo projeto (PLS 142/07) aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária (CRA), os comitês de bacia devem adotar como “parte dos procedimentos do estabelecimento da cobrança a valoração e o conseqüente abatimento dos serviços ambientais das unidades rurais que os propiciam”.

A proposta, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), modifica a Lei 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Para Casagrande, os

produtores que fazem bom uso da água são “credores da bacia hidrográfica e merecedores de reconhecimento e retribuição pelos serviços ambientais de que são mantenedores e melhoradores”.

Esse também é o entendimento do relator, senador Expedito Júnior (PR-RO), que recomendou a aprovação argumentando que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos deve reconhecer os es-

forços dos produtores rurais na conservação desses recursos.

Produtividade rural em audiência pública

A comissão decidiu ainda debater os índices de produtividade rural, como os Graus de Utilização da Terra (GUT) e de Eficiência Econômica (GEE). No pedido, Kátia Abreu (DEM-TO) sugeriu a participação de Eliseu Alves, es-

pecialista; Leo Brito, presidente da Confederação Nacional de Agricultura de Mato Grosso do Sul; Rolf Hackbart, presidente do Incra; e Geraldo Barros, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Por sugestão de Sibá Machado (PT-AC), foi incluído o especialista em produtividade rural do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Guilherme Delgado.

Reservas extrativistas da Bahia terão auditoria

As ações do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, nos últimos quatro anos, relativas à criação e ampliação de reservas extrativistas na Bahia, especialmente a de Cassurubá, no município de Caravelas, serão objeto de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). O pedido foi feito pelo senador César Borges (DEM-BA) e aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com o senador, denúncias da população e das autoridades locais apontam que as reservas extrativistas estariam sendo criadas sem a devida cautela.

Há equívocos do próprio Ibama, que estaria usando a criação das reservas extrativistas de maneira prejudicial ao desenvolvimento sustentável, às populações e ao turismo. Precisamos ter uma compreensão melhor das formalidades para aprofundar o problema do ponto de vista das representações locais e das comunidades – afirmou César Borges. Para ele, o ministério e o Ibama vêm dificultando o desenvolvimento econômico das regiões e desrespeitando parâmetros legais para a criação de reservas extrativistas.

A comissão também decidiu, ao aprovar requerimento de Sibá Machado (PT-AC), verificar in loco as condições específicas da região de Cassurubá e realizar audiência pública para ouvir as autoridades locais e as comuni-



César Borges pede “mais cautela” na decisão de criar novas áreas

dades envolvidas sobre as criação das reservas.

Comissão vai visitar região do rio Madeira

Sibá também obteve apoio para visita da comissão à região em que está prevista a construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (RO).

O presidente da comissão, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), lembrou que, no dia 26, a CMA debaterá o assunto com especialistas e autoridades das áreas de meio ambiente e energia e que, para melhor proveito, a visita e o debate deveriam ser conjugados.

Por requerimento apresentado por Quintanilha, a comissão ouvirá a secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Rosalía Arteaga Serano, em data a ser marcada.

Brasil deve investir na redução do desmatamento, diz especialista

A maior contribuição do Brasil para atenuar as mudanças globais no clima é a redução do desmatamento, defendeu o advogado André Lima, do Instituto Sócio-Ambiental (ISA). Ao lado da procuradora da República Ariane Guebel de Alencar e do diretor do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Nilo Sérgio Diniz, o advogado participou de audiência pública requerida pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para debater o Código Florestal (Lei 4.771/65) na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

A aplicação da lei poderia reduzir à metade as taxas de desmatamento que ocorrem hoje. A criação de novas unidades de conservação, com toda a dificuldade de implementação e poucos recursos para o manejo, tem trazido resultados, mas o desmatamento em torno dessas

áreas tem sido fator de risco para essas unidades – disse André Lima. Tradicionalmente, o estado de Mato Grosso tem sido o que mais devasta florestas, seguido do Pará e de Rondônia, afirmou. Os três estados são responsáveis por 85% de todo o desmatamento verificado no país.

Mudanças nas reservas legais preocupam

A não-aplicação da lei e dificuldades relacionadas à fiscalização são os principais problemas na defesa do meio ambiente, segundo Ariane Alencar.

As pessoas se empenham, mas não têm meios de fiscalização. Na Amazônia, faltam barcos. A gente vê grandes áreas de preservação com três ou quatro fiscais – disse.

Outro motivo de preocupação é a possibilidade de os percentuais de reserva legal de áreas protegidas serem alterados, como na

Medida Provisória 2.166/01. Pelo Código Florestal, as florestas e outras formas de vegetação nativa – exceto as situadas em área de preservação permanente – só podem ser derrubadas se forem mantidos, como reserva legal, 80% na propriedade rural situada em área de floresta amazônica e 20% nas demais regiões.

A preocupação do Ministério Público com qualquer alteração legislativa é que não haja uma diminuição nessa esfera de proteção e que não sejam abertas possibilidades para destruição de ecossistemas com compensação em outros ecossistemas. A Amazônia é uma região muito sensível. Qualquer porta que se abra para compensações em outros lugares vai ser prejudicial – avaliou Ariane Alencar.

Já Nilo Diniz salientou que não vale a pena o país crescer com o sacrifício da qualidade ambiental.



É preciso aplicar as leis, diz Ariane Alencar (D), ao lado de Rodrigo Rollemberg e Rebeca Garcia

MEIO AMBIENTE

Diretor do Serviço Florestal Brasileiro apresenta relatório anual aos senadores nesta terça-feira

Extração de madeira passará por três órgãos

As concessões para extração de madeira nas florestas nacionais, ponto nevrálgico do funcionamento do recém-criado Sistema Brasileiro de Florestas, exigirá o trâmite do processo em três instituições federais diferentes. O primeiro passo – a definição das áreas onde será permitido o manejo florestal sustentável – será dado pelo plano de manejo da unidade, sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes, criado por medida provisória em maio e aprovado pela Câmara dos Deputados na terça-feira passada.

A etapa seguinte é a concessão da exploração dos recursos florestais, que ficará a cargo do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ibama. Finalmente, no terceiro degrau da escada, a análise e licenciamentos dos planos de manejo

florestal sustentável continuarão como atribuições do Ibama. De todo modo, em uma única floresta nacional haverá sempre duas instituições (Instituto Chico Mendes e SFB) responsáveis pelo gerenciamento de uma só área.

Outro ponto interessante na gestão das florestas, além das concessões de manejo, é o instituto da destinação não-onerosa de determinadas áreas para as comunidades locais, para uso sustentável da floresta. As áreas podem ser destinadas a diferentes tipos de projetos como reserva extrativista ou de desenvolvimento sustentável, projetos

de assentamentos florestais, sustentáveis ou extrativistas e, ainda, assentamentos especiais de quilombolas.

A criação de tais áreas também é incumbência do SFB, conforme destaca o relatório a ser avaliado pelos senadores na audiência pública desta terça-feira. Até 2006, as florestas públicas já destinadas ao uso comunitário somaram, segundo o documento, 18,9 milhões de hectares (para uma área total de 137 milhões), e acolhem mais de 450 mil famílias. Se o número parece impressionante, sempre é bom lembrar que 72% das áreas destinadas ao uso comunitário localizam-se

em terras indígenas e são exploradas por estas comunidades.

Ainda que uma de suas funções primordiais seja a de gerir as concessões das florestas, o SFB defende que o país

tenha uma política de reservar áreas públicas para a proteção integral.

– Nessas áreas não se pode ter uso direto dos recursos florestais, sendo permitido, para algumas categorias, apenas atividades de pesquisa e turismo.

Apesar de tais áreas não estejam sujeitas ao uso sustentável, como previsto na Lei 11.284/06, a destinação de florestas públicas para a criação de unidades de conservação de proteção integral é uma das opções para cumprir os objetivos de proteção das florestas brasileiras – sustenta o relatório.

Conservação da Biodiversidade, criado pela MP. De acordo com o presidente da Associação dos Servidores do Ibama (Asibama), Jonas Corrêa, estudo feito por técnicos do órgão apontou 41 pontos negativos da MP, entre eles um aumento da burocracia para licenciamento ambiental.

Florestas nacionais de uso comunitário acolhem mais de 450 mil famílias

Servidores do Ibama protestam e fazem enterro simbólico

Em greve desde 14 de maio, servidores do Ibama realizaram, na terça-feira, enterro simbólico das unidades do órgão extintas pela MP 366/07. No gramado em frente ao Congresso, foram fincadas 514 cruces, total das unidades extintas ou transferidas para o Instituto Chico Mendes de



Derrubada ilegal da floresta amazônica para exploração de madeira levou governo a propor manejo

Comissão avalia gestão de florestas

Para debater com os senadores os números do primeiro Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Rezende de Azevedo, compareceu nesta terça-feira, às 11h30, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O relatório, além de fazer um balanço do primeiro ano da política de gestão das florestas, aborda as prioridades para este ano, como as primeiras destinações de florestas públicas para uso comunitário e a elaboração do primeiro projeto para as concessões florestais.

A iniciativa da audiência pública é do senador Renato Casagrande (PSB-ES), interessado em conhecer os primeiros resultados práticos da controversa Lei de Gestão de Florestas Públicas para produção sustentável (Lei 11.284/06), sancionada em fevereiro passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Existem no Brasil 63 florestas nacionais, dentre as quais 33 estão localizadas na Amazônia e totalizam 19,1 milhões de hectares. As florestas nacionais são unidades de conservação de uso sustentável que podem ter atividades de manejo florestal por meio de gestão direta ou



Casagrande quer conhecer resultados do primeiro ano de vigência da lei

por concessão florestal. Dessas, apenas cinco já tiveram os seus planos de manejo aprovados. Em algumas delas, já há execução de programas de uso: quatro no Pará e uma em Rondônia.

No Pará, é o caso das florestas do Carajás (392.725 hectares) e Tapirapé-Aquiri (190 mil ha), onde a Vale do Rio Doce empreende mineração e beneficiamento do minério de ferro e cobre; e a Saracá-Taquera (441.283 ha), na região do rio Trombetas, onde a empresa Mineração Rio do Norte explora bauxita. A do Tapajós (549.066 ha) também já teve o seu plano de manejo

aprovado e tem sido considerada modelo, pelas atividades com as comunidades locais.

Uma das florestas mais estudadas da Amazônia, desde a década de 70, Tapajós possui hoje atividades de manejo florestal comunitário para a confecção de produtos madeireiros e não-madeireiros.

Em Rondônia, a única floresta nacional com plano de manejo aprovado é a do Jamari (215 mil ha), onde há exploração de cassiterita. Ela é considerada prioritária para a implementação de concessão florestal ainda em 2007.

As florestas nacionais também podem ser objeto de concessão até a aprovação do primeiro Plano Anual de Outorga Florestal. Elas são, portanto, uma das mais promissoras alternativas para a implementação de concessões florestais.

A elaboração do plano de manejo de uma floresta nacional consiste basicamente na realização de estudos para o zoneamento da unidade, identificando áreas apropriadas para atividades econômicas, pesquisa, preservação, educação ambiental, etc. O processo inclui ainda a formação de um conselho consultivo composto por representantes das comunidades locais e instituições que trabalham na floresta.

Manejos aprovados

Dos 42 planos de manejo de florestas nacionais citados no Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas de 2007 (relativo ao ano passado), dez foram aprovados, totalizando uma área de 1,9 milhão de hectares.

Floresta	UF	Área (ha)
Tapajós	PA	600.000
Saracá-Taquera	PA	429.600
Carajás	PA	411.948
Jamari	RO	215.000
Tapirapé-Aquiri	PA	190.000
Araripe-Apodi	CE	38.626
Contendas do Sincorá	BA	11.034
Ipanema	SP	5.180
Rio Preto	ES	2.830
Ritápolis	MG	89
Área total		1.904.307

Importante: as áreas citadas são totais de cada floresta nacional, e não a área que virá a ser eventualmente concedida para exploração econômica.

Fonte: Coordenação Geral de Florestas Nacionais e Reservas Equivalentes (Ibama)

Como funciona o sistema de gestão

As três formas de gestão das florestas públicas

- Criação de unidades de conservação que permitam a produção florestal sustentável, como as florestas nacionais.

- Destinação para uso comunitário como assentamentos florestais, reservas extrativistas, áreas quilombolas, etc.

- Concessões florestais pagas, baseadas em processo de licitação pública.

Os passos previstos até a concessão para manejo

- 1) Inclusão no Cadastro Nacional de Florestas Públicas.
- 2) Processo de consultas públicas.
- 3) Aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal com as respectivas divisões de manejo (pequenas, médias e grandes).
- 4) Autorização prévia do Ibama para as unidades de manejo, antes da licitação.
- 5) Assinatura dos contratos de concessão (de até 40 anos, dependendo da finalidade).
- 6) Preparação, pelos vencedores da licitação, de um plano de manejo florestal sustentável que também deverá ser aprovado pelo Ibama.



Fonte: Serviço Florestal Brasileiro do Ibama.

RELAÇÕES EXTERIORES

Legislativo do Mercosul promete, com audiências públicas, ampliar discussões sobre bloco

Parlamento vota regras para atuação

A discussão do Regimento Interno e a posse do novo presidente deverão ser os principais temas da segunda sessão do Parlamento do Mercosul, que ocorrerá no dia 25 de junho, em Montevídeu. O atual presidente, senador paraguaio Alfonso González Núñez, será substituído pelo deputado Roberto Conde, atual vice-presidente pelo Uruguai, país que também ocupará a presidência rotativa do Mercosul no próximo semestre.

Alfonso González Núñez foi eleito para um mandato-tampão durante a primeira sessão do novo Parlamento, ocorrida em 7 de maio, na sede do Congresso Nacional do Uruguai. Naquele momento, os representantes dos países que compõem o bloco decidiram que a presidência do Parlamento do Mercosul deveria acompanhar a presidência pro tempore do próprio Mercosul, com mandato de seis meses. Foi ainda criada uma comissão especial para elaborar um esboço de regimento. Na próxima sessão, o documento será apresentado e, logo em seguida, colocado em debate e votação.

Caso o regimento seja mesmo aprovado, o segundo semestre

– já sob a presidência uruguaia e com as regras definidas – deverá marcar o início efetivo dos debates parlamentares. A partir desse momento, deverão ter prioridade os temas da chamada agenda política do Parlamento, debatida por uma outra comissão especial estabelecida em maio.

Assim como ocorre nas casas legislativas dos países integrantes do bloco, os trabalhos do Parlamento do Mercosul deverão

se dividir entre o Plenário e as comissões. Serão também realizadas audiências públicas sobre temas ligados ao processo de integração continental, para que se permita maior participação de representantes da sociedade civil nos debates, até hoje restritos a membros dos governos que fazem parte do bloco.

A Carta de Montevídeu, aprovada ao final da primeira sessão do Parlamento, estabelece que o novo órgão legislativo vai assegurar “um espaço comum destinado a refletir o pluralismo e as diversidades da região, contribuindo para a democracia, a representatividade, a transparência e a legitimidade do processo de integração”.

Presidência do novo órgão será ocupada por deputado uruguaio



Senador uruguaio Eduardo Rios (E) e deputado Dr. Rosinha discutem proposta de regimento interno

Participação e transparência em pauta

A participação democrática e a transparência deverão ser as principais características do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, segundo o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), relator da matéria e vice-presidente pelo Brasil da nova Casa legislativa. Ele participou, na terça-feira passada, na Câmara dos Deputados, de mais uma rodada de negociações sobre o assunto, juntamente com o senador uruguaio Eduardo Rios, da Frente Ampla, e técnicos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

O deputado disse estar “bastante otimista” em relação à possibilidade de aprovação do regimento durante a segunda sessão do Parlamento da próxima segunda-feira, em Montevídeu. Na ocasião, deverá ser decidida a

agenda política para os próximos meses.

As sessões plenárias ocorrerão uma vez por mês na capital uruguaia – ou em algum dos países membros do bloco, desde que seja aprovado um requerimento com esse objetivo. As comissões temáticas, como adiantou Dr. Rosinha, definirão em que dias, a cada mês, haverá a reunião. O deputado ressaltou ainda a importância das audiências públicas, por meio das quais representantes da sociedade civil terão direito a participar dos debates relativos ao processo de integração regional.

– As audiências públicas vão

estimular a marca democrática do Parlamento, assim como a total publicidade do Orçamento garantirá a sua transparência – disse Dr. Rosinha.

Para o senador Eduardo Rios, o desafio do Parlamento do Mercosul será o de complementar a democracia representativa por meio do envolvimento dos cidadãos – dentro do conceito da democracia participativa.

Ele acredita que as audiências públicas terão um grande papel a exercer com esse objetivo.

– Vamos abrir às pessoas as atividades do Parlamento do Mercosul. O mais importante é que se aprofunde o processo de integração – sustentou Rios.

Audiências públicas irão debater processo de integração

Ameaças à segurança do país

As falhas dos sistemas de defesa antiaérea e de defesa naval foram definidas na última quinta-feira pelo general-de-Exército José Benedito de Barros Moreira como “riscos inaceitáveis” para o Brasil. Em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o assessor especial militar do Ministério da Defesa defendeu a destinação de investimentos para a modernização das Forças Armadas e o fortalecimento da indústria nacional de equipamentos bélicos.

O maior problema do setor de defesa, na opinião do general, é que o país não tem suficiente poder de dissuasão militar. Os equipamentos de defesa antiaérea, informou, são “velhos e obsoletos” e não podem impedir que aviões de caça modernos sobrevoem o território nacional. Com investimento equivalente a US\$ 40 milhões, disse ele, seria possível montar um novo sistema de defesa do espaço aéreo brasileiro.

– Não temos defesa aérea, ela é mínima. A pergunta que se faz é quem vai defender, por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu e o Palácio do Planalto – questionou o general.

Moreira assinalou que o Exército dispõe de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano para todas



General-de-Exército José Benedito Moreira (E) e Eduardo Azeredo

as despesas. Com isso, alertou, quase não há recursos para investimentos. Por outro lado, observou, o contingenciamento de recursos de royalties destinados à Marinha dificultou o prosseguimento do programa de construção de um submarino nuclear, que poderia estar funcionando em até 15 anos.

Autor do requerimento que resultou na audiência pública, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) disse ter ficado preocupado ao ouvir recentemente a informação de que o Exército brasileiro não poderia evitar

– mas apenas dificultar – uma invasão da Amazônia. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que a preocupação com a situação das Forças Armadas se torne uma “ação concreta” do Senado em defesa de sua modernização.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que presidiu a reunião, afirmou que o assunto deve estar mais presente nos debates da comissão, que, no seu entendimento, cuida mais das relações exteriores do que da defesa nacional.

Equipamentos de defesa antiaérea são “velhos e obsoletos”

Modernização das Forças Armadas em debate

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na última quinta-feira requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República a respeito do relatório final de grupo interministerial criado para estudar a necessidade de modernização das Forças Armadas.

O autor do requerimento, senador Fernando Collor (PTB-AL), observou que “a falta de consistentes investimentos pode acarretar um crescente distanciamento do país em relação às demais potências emergentes”.

Outro requerimento de Collor acolhido convida o embaixador de Cuba, Pedro Núñez Mosquera, para falar sobre a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

A comissão aprovou ainda dois outros requerimentos de informações, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que solicitam esclarecimentos aos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores a respeito de acordo para troca de informações fiscais firmado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, em março deste ano.

Seminário em Londres com Blair

Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Heráclito Fortes (DEM-PI) e João Tenório (PSDB-AL) representaram o Congresso Nacional em seminário que terminou na semana passada em Londres e que contou com a presença, como palestrante, do primeiro-ministro inglês Tony Blair.

Um dos principais pontos do seminário foi a Question Time, um tipo de sabatina

com o primeiro-ministro da Inglaterra. Durante esse encontro, foram discutidos assuntos como educação, crescimento econômico e saúde.

Segundo Garibaldi Alves, políticos de outros países demonstram muito interesse em relação ao crescimento econômico do Brasil, à preservação da Amazônia e à difusão de fontes alternativas de energia, como, por exemplo, o etanol.

Voz do Leitor

BIBLIOTECAS

"Sugiro a elaboração de um projeto de lei que assegure um investimento maior na área de educação. A maioria das escolas públicas em nosso país não tem biblioteca para que os alunos possam fazer pesquisas, não havendo, portanto, incentivo algum à leitura. Senhores senadores, é bom não esquecer que apenas a educação pode mudar um país!"

André Nogueira dos Santos, de Tabaporã (MT)

PROFESSORES

"Um bom salário é sinônimo de bom desempenho profissional no Brasil. Os professores são mal remunerados e talvez por esse motivo a educação tenha chegado a este caos atual. Ainda acredito que o sistema educacional brasileiro pode ter solução. Está na hora de a educação e os professores serem valorizados!"

Jorge Santos de Souza, de Banzaê (BA)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

"Gostaria de elogiar o senador Gilvam Borges por prestar contas de seu mandato relacionadas a emendas para o seu estado, no Orçamento da União. Os demais senadores deveriam seguir esse exemplo."

José Bonfim de Jesus Lima, de Conceição de Almeida (BA)

TELEFONIA

"Gostaria que o Ministério das Comunicações fizesse alguma coisa para regulamentar os pacotes oferecidos pelas operadoras de telefonia. A maioria deles são realmente uma falta de respeito ao consumidor."

Sérgio Luiz Gambá, de Brusque (SC)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

DEDUÇÃO

"Sugiro a apresentação de um projeto de lei para estabelecer que despesas feitas com remédios possam ser deduzidas na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física."

Arnaldo Gomes, de Araxá (MG)

VESTIBULAR

"Na edição de 21 a 27 de maio de 2007 uma matéria tratou do fim do vestibular em universidades. Concordo plenamente com o presidente da União Nacional dos Estudantes, que disse que o vestibular é elitista, além de mero teste de memorização. É superdifícil passar no vestibular de uma universidade estadual ou federal (que ainda é mais complicado, por ter duas etapas de provas). Sou inteiramente a favor do fim do vestibular."

Achilles Rochstrok Cardoso, de Itanhém (BA)

AUTÔNOMOS

"Sugiro um projeto de lei que determine o pagamento de auxílio, semelhante ao auxílio-doença, mas voltado para as pessoas autônomas que venham a sofrer algum acidente."

Luiz de Almeida Mauro Soares, de Novo Gama (GO)

PAIM

"Gostaria de parabenizar o senador Paulo Paim pelo brilhante trabalho que ele desenvolve para os menos favorecidos. Quem dera o presidente Lula tivesse o mesmo pensamento e a mesma coragem de lutar pelos pobres. Pena que eu não esteja no Sul do país para tê-lo como meu candidato para qualquer cargo no governo."

José Xavier de Souza, de Recife (PE)

Pergunte ao Senador

RESPONSABILIDADE FISCAL

Elisvaldo Oliveira do Nascimento, de Marcolândia (PI)

"Por qual motivo a Lei de Responsabilidade Fiscal não é cumprida em alguns municípios?"

O senador José Nery (PSOL-PA) responde:

A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ao governo federal, estados e municípios regras para os gastos públicos. Ocorre que a maioria dos municípios não faz planejamento orçamentário e, por isso, os gestores muitas vezes cometem graves equívocos, ferindo a lei. Em muitos lugares os órgãos de fiscalização, como Ministério Público e tribunais de contas, não garantem a lei. E muitos municípios acabam gastando mais do que arrecadam. É inadmissível que municípios e estados, responsáveis por grande parte das políticas públicas, não recebam a justa contrapartida do governo. A União concentra 58% dos recursos arrecadados; 26% ficam com os estados e apenas 16% com os municípios. Isso deveria ser equacionado por uma reforma tributária, para tornar equitativa a distribuição dos recursos e permitir que estados e municípios possam oferecer melhores serviços à população.



Agora é lei

Enólogo tem profissão regulamentada

A partir de agora os enólogos – especialistas em vinhos – terão um motivo a mais para comemorar o Dia do Enólogo, em 22 de outubro. Após 16 anos de luta, a profissão foi regulamentada. De acordo com a Lei 11.476/07, proposta por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), esses profissionais só poderão exercer as atividades se tiverem diplomas de nível superior em Enologia ou diplomas de nível médio em Enologia.

Entre as principais atribuições dos enólogos e técnicos estão: analisar as características das uvas e manipular equipamentos e materiais empregados na produção de uvas e na fabricação de vinhos; analisar as novas tecnologias do setor; e observar a legislação vigente acerca das atividades e dos produtos ligados à produção de uvas e vinhos. Os enólogos e técnicos também podem desenvolver projetos ligados à comercialização das uvas e dos vinhos e promover degustações.

Criada em 1976, a Associação Brasileira de Enologia aguardava a regulamentação, diante do crescimento da vinicultura no país e da exportação dos produtos. De acordo com a lei, o enólogo passa a ser o responsável técnico pelas empresas vinícolas e seus produtos. Ele poderá realizar perícias exigidas em processos judiciais para produção de provas ou contraprovas. Quem executar essas funções sem a formação devida responderá por exercício ilegal da profissão.

Embora não haja uma data estabelecida para a alteração do registro profissional, a partir de agora os profissionais poderão requerer às vinícolas o registro de enólogo na carteira de trabalho, em vez de técnico em Química. Mesmo com o novo registro, os enólogos continuarão integrando o Conselho Regional de Química, porém, com maior representatividade. Informações: Associação Brasileira de Enologia Tel.: (54) 3452-6289 enologia@enologia.org.br

Frases

"O trabalho infantil não é normal e muito menos necessário"

Serys Silhessarenko, no Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

"Isso vai formar, naturalmente, uma oligarquia partidária, um 'caciquismo' partidário mais forte do que já temos hoje"

Renato Casagrande, ao se manifestar contra o voto em lista fechada, previsto no projeto de reforma política em tramitação na Câmara dos Deputados.

"Para evitar insinuações de que eu queria fazer uma pizza, procurei um documento para incriminar o presidente e não encontrei"

Epitácio Cafeteira, que propôs arquivar o processo no Conselho de Ética sobre as denúncias de que o presidente do Senado, Renan Calheiros, teria ligações com empreiteiras.

"O PSOL continuará lutando pela investigação desse fato. Não se trata de condenação ou prejulgamento, mas não podemos aceitar a absolvição por antecipação"

José Nery, ao sugerir que os envolvidos na denúncia contra Renan Calheiros sejam ouvidos.

"O rito sumário adotado, a meu ver, tisna este processo com a mácula da ilegitimidade"

Jefferson Péres, manifestando-se contra o relatório do senador Epitácio Cafeteira, na Comissão de Ética, que pede o arquivamento da representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

"Eu não estou pedindo o direito da dúvida, estou trazendo a certeza da verdade"

Renan Calheiros, pouco antes da sessão em que o Conselho de Ética adiou a votação do relatório de Epitácio Cafeteira.

"Eu quero ver o que essa elite e os governos que o Brasil já teve vão dizer quando os mais pobres deste país, que são os sem-terra, disserem: entre nós não há mais nenhum analfabeto"

Cristovam Buarque, elogiando o programa de educação do Movimento dos Sem Terra.

Foto da Semana

Jefferson Péres (E), Renato Casagrande, Romero Jucá, Eduardo Suplicy e Demostenes Torres conversam em reunião do Conselho de Ética do Senado na sexta-feira. O conselho adiou para esta terça a votação do relatório de Epitácio Cafeteira recomendando o arquivamento de representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele foi acusado pela imprensa de receber dinheiro de um lobista para pagar contas pessoais



CÉLIO AZEVEDO

CNBB dá prêmio à TV Senado

O programa Inclusão, da TV Senado, dirigido por Solange Calmon, foi escolhido para receber o prêmio Clara de Assis de Televisão pelo documentário Hanseníase – Um passado presente.

Concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o prêmio serve como um “espaço de diálogo da Igreja Católica com os profissionais da televisão brasileira e com a sociedade, promovendo a leitura crítica da comunicação televisiva”. Os troféus serão entregues em 18 de julho, no 5º Mutirão

Brasileiro de Comunicação, em Belém.

Santa Clara nasceu em Assis, Itália, em 1193. Em uma carta apostólica de 21 de agosto de 1958, ela foi proclamada padroeira da televisão pelo papa Pio XII.

Rádio discute atuação da Polícia Federal

O Conexão Senado, nesta segunda-feira, ao meio-dia, aborda as operações desencadeadas pela Polícia Federal.

Escuta telefônica, vazamento de informações de inquiridos e supostos excessos no ato das prisões geram polêmica e colocam na pauta o debate sobre a autonomia da Polícia Federal.

No Senado, tramita proposta para reestruturar a instituição. E o ministro da Justiça, Tarso Genro, deve enviar Congresso projeto para disciplinar o uso das escutas telefônicas.



A jornalista Solange Calmon dirigiu e apresentou o documentário premiado

REPRODUÇÃO/TV SENADO

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

Um livro sobre a arte de amar os livros

ALEXANDRE GUIMARÃES

"Há uma arte de amar os livros, como há uma arte ovidiana, uma arte de amar o amor. Querer bem aos livros é sentimento que se parece muito com o amor dos sexos" – assim o mineiro Eduardo Frieiro inicia a obra-prima *Os livros, nossos amigos*, volume 80 das Edições do Senado Federal.

A obra do romanista e ensaísta mineiro foi escolhida para comemorar os dez anos do Conselho Editorial do Senado Federal. É um resumo do que sente todo apaixonado por livros, feito para bibliófilos (aquele que junta "livros pelo prazer de juntar, preocupado unicamente com a qualidade ou a raridade dos exemplares que adquire") e bibliômanos – "os que amam o livro em razão do seu valor intrínseco, medular".

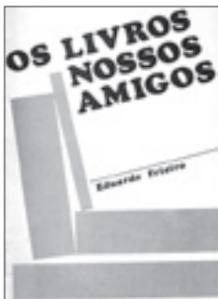
Mas Eduardo Frieiro não se atém ao amor ao livro e escreve sobre os livros curiosos, ridículos, singulares e extravagantes. Trata do livro dos livros, a Bíblia, num capítulo inteiro e transcreve uma lista de doze livros essenciais, de grandes escritores: Platão, Aristóteles,

Virgílio, Santo Agostinho, Tomás de Aquino, Copérnico, Calvino, Locke, Kant, Rousseau, Marx e Darwin. Peca por só citar filósofos.

Parte da obra trata dos inimigos dos livros. Os naturais: "certas variedades de insetos, os roedores, a umidade, o pó, o mau papel". E os outros: "os filantes, os bibliocleptas, os biblioclastas, o mau leitor". Por fim, Eduardo Frieiro homenageia as tipografias e os impressores. Não falta um capítulo dedicado aos escritores, em que afirma que "escrever um livro é uma tortura e um prazer".

Ao ler *Os livros, nossos amigos*, não saem da mente as palavras de Caetano Veloso, na letra da bela canção *Livros*: "Os livros são objetos transcendentes, mas podemos amá-los do amor tátil que votamos aos maços de cigarro, domá-los, cultivá-los em aquários, em estantes, gaiolas, em fogueiras ou lançá-los pra fora das janelas (talvez isso nos livre de lançarmo-nos)".

Belo ensaio sobre os livros, é merecida homenagem ao Conselho Editorial do Senado Federal.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. A publicação *Os livros, nossos amigos*, de Eduardo Frieiro, pode ser adquirida por R\$ 15. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Direito Legislativo terá nova turma na Unilegis

Começam nesta segunda-feira, às 14h30, as aulas da quarta turma do curso de especialização em Direito Legislativo, pós-graduação lato sensu, da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). O curso de 360 horas/aula foi concebido, desenvolvido e será ministrado por profissionais altamente graduados do corpo funcional do próprio Senado, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O encerramento do curso, a ser certificado pela

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, está previsto para setembro do ano que vem.

O processo seletivo começou no começo deste ano com uma prova de conhecimentos na área e uma avaliação da necessidade do conteúdo para a atividade do servidor, sendo matriculados 42 candidatos aprovados. Segundo a vice-reitora da Unilegis, Vânia Maione, o principal objetivo deste curso é suprir as necessidades dos profissionais que atuam direta ou indiretamente na área

jurídica ou no assessoramento à elaboração de leis, para propiciar reflexões críticas das atuais temáticas do Direito Legislativo, permitindo uma visão globalizada e profunda das novas tendências e problemáticas relacionadas ao tema.

Ao final do curso, cada aluno deverá apresentar uma monografia, com rigor científico, sobre assunto relativo ao conteúdo estudado. O curso de especialização, sem custos para os alunos, foi o primeiro oferecido pela Unilegis.

Senado assina acordo sobre acessibilidade com assembleia

O 1º secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), assinou na sexta-feira, em João Pessoa, acordo com a Assembleia Legislativa da Paraíba para implantar melhorias que garantam acessibilidade às pessoas com deficiência. Também foram firmadas parcerias com a Justiça Federal e o Centro Universitário de João Pessoa.

A parceria prevê que a assembleia implantará medidas semelhantes às adotadas pelo Senado nos últimos dois anos: construção de rampas de acesso, reforma de banheiros, ampliação dos espaços de circulação e aqui-



CELIO AZEVEDO

Parceria assinada por Efraim Moraes levará ao legislativo da Paraíba experiência do Senado em melhorar acesso de pessoas com deficiência

sição de triciclos elétricos para a locomoção de portadores de deficiência física. Efraim reafirmou o compromisso do Senado com a luta pela acessibilidade.

– É recente, embora ainda incipiente, a conquista de direitos, o reconhecimento e o devido respeito a esses cidadãos-contri-

buintes. Felizmente, as conquistas obtidas são irreversíveis. O status de abandonados sociais não mais se restabelecerá. No Brasil, calcula-se que algo em torno de 10% da população, cerca de 18 milhões de pessoas, portam algum tipo de necessidade especial – assinalou.

Arquivo aberto

Em 1997, há dez anos, o *Jornal do Senado* informou aos seus leitores a mudança gráfica que ocorreria no formato da publicação a partir de segunda-feira, 23 de junho, na edição de nº 488: "...o *Jornal do Senado* terá formato tabloide, utilizando equipamentos e insumos disponíveis na Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep). Além de reduzir os custos de produção, o novo formato permitirá mais



espaço para a divulgação dos trabalhos do Senado Federal e dos senadores. O *Jornal do Senado* será impresso em

máquina rotativa, permitindo maior rapidez na distribuição e aumento da tiragem, de modo a atender a crescente demanda".

20 de junho - Em 1952, há 55 anos, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que posteriormente viria a incluir o termo "Social", e assumiria a sigla BNDES. Em 15 de março de 1980, o senador Bernardino Viana disse em Plenário que "não se pode olvidar os relevantes serviços que nosso banco vem prestando ao país, desde a sua fundação, com repercussão favorável, principalmente no desenvolvimento e na consolidação do setor industrial".

21 de junho - Dia Nacional do ex-Combatente (Lei 4.623, de 6/5/1965). Em 22 de novembro de 1999, o Senado homenageou, no Auditório Petrônio Portela, 300 ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Na ocasião, o então 1º vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo, disse que "foi a coragem das forças aliadas, das quais fizeram parte os pracinhas brasileiros, que conseguiu abrir o caminho para a liberdade e para o enterro de noções arcaicas de superioridade racial".

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

À procura de um novo emprego

Procurar emprego é um dos projetos mais difíceis da vida profissional. A necessidade de buscar uma colocação surge de diferentes situações e, em quase todas elas, marca o início de uma fase de muita insegurança.

Adotar um método pode facilitar essa busca, amenizar a angústia e aumentar as chances de sucesso. Veja nesta e na próxima edição os conselhos dos especialistas sobre como procurar um emprego.



1 Como começar?

Antes de responder anúncios e enviar currículos, é preciso avaliar cuidadosamente a situação e os objetivos de longo prazo. O emprego é importante, mas é apenas uma parte da carreira e do projeto de vida de uma pessoa. Assim, comece por uma auto-avaliação.

Faça listas:

1. dos pontos positivos e negativos da sua personalidade
2. dos empregos que já teve
3. das suas habilidades e experiências profissionais
4. dos cursos e treinamentos feitos ou em andamento
5. do que gosta de fazer e do que não gosta
6. do que sabe fazer e do que não sabe

7. do que poderia fazer, agora, para adquirir novas habilidades e conhecimentos para completar sua formação

8. do que está disposto a negociar ou mudar - salário, mudança de cidade ou estado, etc.

9. dos tipos de empregos mais adequados ao seu perfil

Conhecendo bem a situação, sua candidatura a determinada vaga será mais objetiva e consistente e, conseqüentemente, será mais fácil mostrar que você é a pessoa certa para o cargo. Por outro lado, com os pés no chão, é possível evitar concorrer a vagas que exigem maior qualificação, habilidade e experiência do que as que você tem, evitando frustrações e decepções.

2 Motivação é decisiva

Se a procura de emprego pode ser uma tarefa muito desgastante, cheia de dificuldades, por outro lado, as chances de obter uma vaga são muito maiores para as pessoas com atitude positiva. É necessário, portanto, manter o equilíbrio psicológico apesar dos eventuais insucessos. Para isso, considere que:

- > A procura de emprego não é um pedido feito a alguém, mas uma oferta de serviços.
- > Você não está desocupado e sim desempregado. Procurar emprego já é um trabalho em si, que está sendo feito para garantir o seu sucesso.
- > Cada fase é uma experiência que pode ser necessário repetir, com atitude positiva e dinamismo.
- > As dificuldades e problemas devem ser admitidos para que possam ser resolvidos.
- > Paciência é essencial: os processos de recrutamento são longos, a concorrência intensa, e a oferta, menor do que a procura.
- > Testes, provas e questões são usados para avaliar e não para intimidar os candidatos. São apenas ferramentas a

serem interpretadas e respondidas.

- > Há duas formas de enxergar a demissão: a negativa (sentimento de fracasso ou injustiça, desânimo, revolta, amargura, etc.) e a positiva (experiência difícil, mas repleta de ensinamentos para quem se dispuser a se auto-avaliar e seguir em frente). Somente a segunda pode ajudá-lo a conseguir um novo emprego.
- > Perseverança, honestidade, organização e pontualidade são qualidades muito apreciadas pelas empresas e facilmente identificadas em processos seletivos.
- > Manter bons relacionamentos, mesmo com pessoas não diretamente ligadas a sua busca por emprego, é essencial.
- > Sua imagem fala sobre você antes mesmo de ter tido a chance de dizer "bom dia". Cuide da sua mente e do seu corpo: saúde e bem-estar cativam e elevam a auto-estima.
- > Manter-se informado é fundamental. Leia jornais, revistas, etc., especialmente sobre as novidades na área em que atuam as empresas em que pretende uma vaga.

3 Divulgando seus serviços

O próximo passo é descobrir os potenciais empregadores. É hora de comprar os jornais, conversar com as pessoas e fazer outras listas:

- > dos possíveis empregadores;
- > dos contatos que você tem em cada uma dessas empresas;
- > das pessoas que possam saber de uma vaga (familiares, amigos, professores, ex-colegas, ex-chefes, etc.) em outras empresas; e
- > das agências de empregos da sua cidade.

Feito isso, é hora de entrar em contato com os possíveis empregadores. Veja como:

Respondendo a um anúncio

Seja na internet ou no jornal, o importante ao responder a um anúncio é:

- > siga as orientações do anúncio e da área de recursos humanos;
- > não dê informações não solicitadas;
- > não minta ou omita o descumprimento de qualquer dos requisitos exigidos; e
- > não se deixe iludir por anúncios com promessas absurdas ou irrealizáveis.

Anunciando seus serviços

Anuncie seus serviços no jornal e/ou na internet. Um bom anúncio deve ser:

- > correto (sem erros de Português), compreensível e de fácil leitura (não use muitas abreviaturas);
- > conciso (dê o máximo de informação com o mínimo de palavras) e objetivo (ressalte os aspectos mais importantes);
- > direto (use uma linguagem direta do tipo "Procuro..."); e
- > de formato agradável (destaque as palavras que melhor definem a sua qualificação profissional ou o tipo de trabalho que procura), de preferência na horizontal.

Analise ainda em qual jornal, seção e formato publicar, em quais dias e com que frequência (é preciso conhecer os jornais e acompanhar outros anúncios para identificar qual a melhor opção). Na internet, busque os sites especializados e inscreva-se. Lembre-se que é necessário atualizar o currículo constantemente.

Recorrendo ao seu contato

Ao contrário do que muitos pensam, não há nada de errado em ser indicado por outra pessoa. Cada vez mais as empresas estão inclinadas a contratar pessoas com boas referências profissionais. Mas não espere que seu contato lhe consiga o emprego. Ele apenas deve apresentar seu nome à empresa e recomendá-lo como alguém apto a ocupar a vaga. O resto é com você. É preciso caprichar no currículo e preparar-se bem para a entrevista, até para que seu contato seja reconhecido como alguém criterioso e de bons relacionamentos.

Procurando uma agência de empregos

Os anúncios em agências na internet facilitam a vida de quem busca um emprego e cada vez mais empresas estão recorrendo a esse serviço. Entretanto, fique de olho. Verifique se são idôneas e certifique-se de que entendeu tudo sobre taxas e exigências. Além disso, não acredite em promessas milagrosas. Conseguir um emprego é difícil e uma agência que diga o contrário pode ser mal-intencionada.

O Ministério do Trabalho e Emprego oferece, por meio do Sistema Nacional de Empregos (Sine), apoio para recolocação profissional. Verifique se existe uma agência do Sine na sua cidade e inscreva-se.

Ao telefone

Para responder a um anúncio ou para saber se existe alguma vaga, tome alguns cuidados ao telefonar:

- > Faça um resumo do que pretende falar.
- > Se telefonar de telefone público, procure ter dinheiro ou fichas suficientes para uma chamada longa.
- > Tenha à mão caneta e papel e o seu currículo.
- > Apresente-se e diga o motivo pelo qual telefonou.
- > Anote o nome e setor das pessoas com quem falou e todos os detalhes sobre eventual vaga. Na dúvida, pergunte.
- > Seja educado, mas sem excessos.
- > Envie seu currículo à pessoa encarregada da seleção.



Desempregado há mais de um ano, Luciano Santos procura ocupação na Agência do Trabalhador, em Brasília: chances maiores para quem tem atitude positiva

Saiba mais

Ministério do Trabalho e Emprego
Esplanada dos Ministérios, bloco F
Brasília (DF) - CEP 70059-900
(61) 3317-6000
www.mte.gov.br

Sistema Nacional Emprego (Sine)
www.mte.gov.br/sine

Site do Sine no seu estado
www.sine.sigla.do.seu.estado.gov.br

Exemplo: Sine Santa Catarina
www.sine.sc.gov.br

Central de Trabalho e Emprego
0800 61-0101 - Regiões Sul e Centro-Oeste, e estados do Acre, Rondônia e Tocantins.
0800 285-0101 - Regiões Sudeste, Nordeste e Norte, exceto Acre, Rondônia e Tocantins.